



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RODRIGO ANTONIO IDALINO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E DAS INSTITUIÇÕES DE
CUSTÓDIA PARA A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA**

RECIFE

2024

RODRIGO ANTONIO IDALINO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E DAS INSTITUIÇÕES DE
CUSTÓDIA PARA A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História,
da Universidade Federal de Pernambuco,
em cumprimento às exigências para
obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Pinheiro de Melo

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Rodrigo Antonio Idalino da.

A importância dos acervos arquivísticos e das instituições de custódia para a
pesquisa historiográfica / Rodrigo Antonio Idalino da Silva. - Recife, 2024.
73 p. : il., tab.

Orientador(a): Patricia Pinheiro de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,
2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Arquivologia. 3. Memória. 4. Instituições arquivísticas. 5.
Arquivos. I. Melo, Patricia Pinheiro de. (Orientação). II. Título.

990 CDD (22.ed.)

RODRIGO ANTONIO IDALINO DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DOS ACERVOS ARQUIVÍSTICOS E DAS INSTITUIÇÕES DE
CUSTÓDIA PARA A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História,
da Universidade Federal de Pernambuco,
em cumprimento às exigências para
obtenção do título de Licenciado em História.

Aprovado em: 28/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Patrícia Pinheiro de Melo (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Suzana Cavani Rosas (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Mônica Maria de Pádua Souto da Cunha (Examinador Externo)

Memorial da Justiça do TJPE

À minha mãe, Silvia (em memória), o grande amor da minha vida e meu maior exemplo.

AGRADECIMENTOS

Jamais conseguirei agradecer suficientemente a todos que de alguma forma fizeram parte desta caminhada. Tarefa árdua no intuito de não esquecer de todos que de alguma maneira fazem parte desse trabalho.

Agradeço, antes de tudo, a minha amada mãe Silvia (em memória), exemplo de fibra e resiliência e que muito me inspira a nunca esmorecer diante das dificuldades. Este momento jamais aconteceria sem a torcida, o amor e a dedicação dela.

Agradeço ao meu pai, Werner, pelo suporte, amizade e companheirismo, fundamentais durante todo este processo.

A minha família, pelo carinho e atenção, na figura das minhas amadas tias Sônia, Silvania, Silvana e Selma e dos meus queridos primos. A contribuição deles para a minha formação são de suma importância.

Ao meu companheiro de todas as horas, Michael Oliveira, pela paciência e incentivo nos momentos mais difíceis. Sua presença, ao meu lado, foi mais que essencial.

Especialmente, a minha orientadora, a querida Prof^a. Dra. Patricia Pinheiro de Melo, pela parceria e acompanhamento impecáveis, desde as aulas nas cadeiras da graduação até a orientação atenciosa e propositiva, sempre colaborando para novas possibilidades e perspectivas. Seus conselhos, tanto para a vida quanto para esse trabalho, jamais serão esquecidos. Seu carinho, empenho, inteligência e dedicação me servem de exemplo e inspiração.

Aos membros da banca examinadora: Prof^a Dra. Suzana Cavani e a Prof.^a Dra. Mônica Pádua. É um privilégio tê-las em minha banca.

Aos meus inesquecíveis amigos da UFPE, incríveis companheiros de jornada universitária, pelos valiosos conselhos, afagos e conversas em momentos de cansaço e de incertezas, mas também de grandes alegrias: Giovanni Sellaro, Isabela Tristão, Raí Sousa, Nathália Mendes, Diomedes Oliveira, Aílla Lemos,

Samuel Salgado, Júlio Cesar Garcia, Victor Aguiar, Arthur Botelho e Luiz Brito. A UFPE foi o início, mas jamais será o fim deste laço que nos une.

Às diversas instituições de custódia e seus representantes que me receberam de portas abertas, engrandecendo este trabalho e contribuindo de forma essencial para a sua construção: Viviane Galvão, do LAPEH, Patrícia Moraes, do LAHM, Jamerson Aquino, do Memorial de Justiça do TJ-PE, Helder Remígio do APEJE, Claudia Beatriz Heynemann e Maria Elisa Bustamante do Arquivo Nacional e Hugo de Oliveira e Filipe Brito do NUDOC. Minha eterna gratidão e admiração pelo trabalho desenvolvido por todos.

Aos meus amados amigos de trajetória de vida, pela amizade, carinho e apoio imensuráveis não só durante esse processo, mas durante toda a minha vida: Deyvison Melo, Suila Oliveira, Rafaella Florêncio, Cássio Araújo, Fernando Almeida, Rafael Cavalcante, Tiago Barreto, Rodrigo Oliveira, Junior Alves, Guilherme Mangueira e Rodrigo Loureiro.

Aos meus companheiros de DETRAN, que contribuíram de maneira ímpar na construção desse amor pelos arquivos, ao longo desses anos de trabalho na Unidade de Informações Corporativas: Ana Virgínia Santana, Charles Martinez, Caio Viana, Wellington Bento, Ane Rose Câmara, Noêmia Santiago, Taciana Renata, Mônica Souza, Gustavo Henrique, Rosilane Alves, Lúcia de Fátima Monteiro, Lucas Rodrigues, José Lira e Luiz Carlos Rodrigues.

“Não nos esqueçamos que uma sociedade que confere um papel de depósito de coisas velhas aos arquivos é uma sociedade que não sabe ler e preservar sua memória, ou seja, conserva-se na ignorância.” (FREIRE, 2009, p. 8)

RESUMO

Desde o século XIX, os acervos arquivísticos são fornecedores de primeira ordem para os estudos históricos. Durante o processo de pesquisa, é extremamente comum os historiadores se valerem das fontes oriundas dos arquivos para a construção de seus trabalhos historiográficos. Porém, grosso modo, os historiadores ainda conhecem muito pouco sobre as dinâmicas que regem os arquivos, assim como a ciência que os estuda e os organiza, a Arquivologia. Dessa maneira, desconhecem também os processos e principais elementos que fizeram esse tipo de fonte ter essa extrema importância para a pesquisa histórica até os dias de hoje. Neste sentido, o presente trabalho de conclusão de curso busca demonstrar a importância dos acervos arquivísticos e das instituições de custódia para a pesquisa e produção científica no campo da História. Para tal, busca-se retratar a trajetória histórica dos arquivos e da Arquivologia, no Brasil e no mundo, demonstrando seus entrelaçamentos e distanciamentos com a ciência histórica e todo o processo de consolidação desse campo como uma verdadeira área de saber independente. Busca-se também dar luz à rica gama de discussões, feitas por historiadores e arquivistas a respeito dos diversos matizes que caracterizam o papel desempenhado pelas fontes de arquivo no processo de pesquisa, análise e escrita da História, além do papel do próprio historiador diante dessas fontes. Além disso, também serão demonstradas discussões a respeito da importância e potencial educacional dos arquivos. Por fim, também busca-se abordar o trabalho desenvolvido pelas instituições de guarda, extremamente importantes na função de preservação de seus respectivos acervos documentais, fundamentais para a manutenção da memória coletiva e do fomento às produções científicas tanto para a História quanto para outros saberes.

Palavras-chave: arquivos, pesquisa histórica, Arquivologia, produção historiográfica

ABSTRACT

Since the 19th century, archival collections have been prime suppliers for studies in the field of History. During the research process, it is extremely common for historians to use sources from archives to construct their historiographical works. However, generally speaking, historians still know very little about the dynamics that govern archives, as well as the science that studies and organizes them, Archivology. In this way, they are also unaware of the processes and main elements that made this type of source extremely important for historical research to this day. In this sense, this course conclusion work seeks to demonstrate the importance of archival collections and custodial institutions for research and scientific production in the field of History. To this end, we seek to portray the historical trajectory of archives and Archivology, in Brazil and around the world, demonstrating their intertwining and distancing with historical science and the entire process of consolidating this field as a true independent area of knowledge. It also seeks to shed light on the rich range of discussions carried out by historians and archivists regarding the various nuances that characterize the role played by archival sources in the process of research, analysis and writing of History, in addition to the role of the historian himself in relation to these sources. In addition, discussions regarding the educational importance of archives will also be demonstrated. Finally, we also seek to address the work carried out by custodian institutions, which is extremely important in the function of preserving their respective documentary heritage, fundamental for maintaining collective memory and promoting scientific production in the field of History and other knowledge.

Keywords: archives, historical research, Archivology, historiographical production

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Placas de Argila encontradas na região do Crescente Fértil	19
Figura 2	Arquivo Geral de Simancas, na Espanha, exemplo de um Arquivo de Estado.	21
Figura 3	Primeira sede do Arquivo Público do Império, situado na Secretaria de Negócios do Império	23
Figura 4	Sede atual do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação de Instituições de Custódia de Documentos citadas nas dissertações de mestrado do PPGH/UFPE entre 2007 e 2022	48
-----------------	---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros
SINAR – Sistema Nacional de Arquivos
CIA – Conselho Internacional de Arquivos
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
HBL – Hospital Barão de Lucena
LAPEH – Laboratório de Pesquisa e Ensino em História
IAHGPP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
SNI – Sistema Nacional de Informações
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História
UFPE – Universidade federal de Pernambuco
ATENNA – Repositório Digital Institucional da UFPE
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
BN – Biblioteca Nacional
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
TJ-PE – Tribunal de Justiça de Pernambuco
NA – Arquivo Nacional
LAHM – Laboratório História e Memória
CEPE – Companhia Editora de Pernambuco
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAHOI – Laboratório de História Oral e da Imagem
CPDOC-FGV – Centro de Documentação e Pesquisa de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
NUDOC – Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais Dênis Bernardes
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
FACEPE – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

CAC – Centro de Artes e Comunicação

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

PT – Partido dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CFSS – Conselho Federal de Serviço Social

UNE – União Nacional dos Estudantes

POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA COMO CIÊNCIA E AS INTERSECÇÕES ENTRE OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA.....	17
2.1	A TRAJETÓRIA DE TRANSFORMAÇÕES DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA.....	17
2.2	O DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL.....	22
2.3	OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	25
3	A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA E OS ARQUIVOS.....	31
3.1	A IMPORTÂNCIA E CENTRALIDADE DOS ARQUIVOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA.....	31
3.2	O PESQUISADOR E AS FONTES DE ARQUIVO.....	33
3.3	O VALOR DE PROVA DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	37
3.4	O POTENCIAL EDUCATIVO DOS ARQUIVOS.....	43
4	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES CUSTODIADORAS.....	45
4.1	O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE CUSTÓDIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL.....	45
4.2	As pesquisas em arquivos nas Dissertações do PPGH/UFPE.....	46
4.3	A notoriedade dos Arquivos Pessoais.....	49
4.4	O trabalho desenvolvido pelas instituições e suas contribuições para a pesquisa histórica e para a educação.....	50
4.4.1	O APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.....	50
4.4.2	O IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.....	53
4.4.3	O LAPEH – Laboratório de Pesquisa e Ensino em História.....	54
4.4.4	O Memorial de Justiça do TJ-PE.....	56
4.4.5	O Arquivo Nacional.....	57
4.4.6	O LAHM – Laboratório História e Memória.....	61

4.4.7	O NUDOC – Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais de Pernambuco Denis Bernardes.....	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
	REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

A prática de guardar registros produzidos pela humanidade ocorre desde a Idade Antiga. É nesse momento que surgem os primeiros arquivos. Da Antiguidade até os dias atuais, muitas transformações foram observadas no universo dos arquivos e da Arquivologia. Durante todo esse processo de construção e de consolidação dos saberes e fazeres arquivísticos, em muitas ocasiões a relação com a História esteve presente. Com a ascensão das premissas e valores da Escola Positivista, essa relação teve seu início e passou por processos de ressignificação e consolidação, marcados por momentos de distanciamento e de aproximações.

Entre outros lugares de memória, os arquivos possibilitam que o historiador se depare com as informações, avalie-as através dos seus critérios e formule problemas, contribuindo para o exercício do fazer historiográfico. É nesse contexto que surge a finalidade histórica dos acervos arquivísticos e com isso, inúmeras instituições que se propunham a ser centros de documentação historicamente significativos. Sabe-se que os documentos de arquivo não são as únicas fontes de estudo das ciências humanas, inclusive da História. Porém a utilização deles como fonte, continua sendo contemplada sistematicamente na historiografia, de maneira central, fornecendo elementos relativos ao tempo histórico de sua produção, sendo assim objetos de consultas e pesquisas por parte dos historiadores, pesquisadores e produtores do conhecimento. É nesse sentido que se insere a problemática deste trabalho que tem como objetivo geral compreender a importância dos arquivos e da Arquivologia e as múltiplas relações estabelecidas através da contribuição dos acervos arquivísticos e das instituições de custódia para a pesquisa historiográfica.

No capítulo inicial procura-se demonstrar todo o processo de surgimento e consolidação do fazer arquivístico e suas intersecções com a História, ao longo dos tempos. Seria temerário demonstrar a importância dos documentos de arquivo para a pesquisa histórica, sem abordar antes a sua trajetória e o seu processo de afirmação como saber independente, a partir do surgimento da Arquivologia, algo pouco discutido e trabalhado pelos historiadores, apesar da extrema recorrência na utilização desses acervos como fonte. Dessa forma, aborda-se também a trajetória

histórica da Arquivologia e dos arquivos no Brasil e no mundo, além dos momentos de maior aproximação e distanciamento com a pesquisa e produção historiográfica.

No segundo capítulo, objetiva-se trazer diversas discussões sobre a importância que os arquivos exercem no processo de pesquisa e conseqüentemente de produção. Dessa forma, lança-se mão de abordagens teóricas tanto de historiadores quanto de arquivistas que demonstram essa importância. Reflexões sobre o valor de prova dos documentos, abordagens que falam sobre a relação dos pesquisadores com essas fontes, o papel desenvolvido por esses acervos durante o trabalho historiográfico e exemplos práticos da interação entre os historiadores e os documentos de arquivo, são algumas dessas discussões.

Já no terceiro e último capítulo aborda-se a importância das instituições de custódia de documentos. Primeiramente, traz-se uma discussão teórica sobre o papel das instituições na execução das políticas arquivísticas e na implementação de uma gestão documental, elementos fundamentais não apenas para o cumprimento das funções jurídico-administrativas dos arquivos, como também para um prolífico fomento à produção científica. Por fim, busca-se demonstrar o trabalho desenvolvido por essas instituições, reveladas a partir de análises feitas em dissertações de mestrado do PPGH/UFPE. Do que são compostos seus acervos, sua história, além de seus projetos e atividades paralelas, com enfoque na educação, também são elementos trabalhados.

Espera-se que esse trabalho possa trazer a reflexão de que os historiadores necessitam adentrar mais no universo dos arquivos e conhecer suas origens, conceitos, objetivos e saberes. Para além disso, poder fazer com que as relações observadas nesse trabalho, entre os arquivos, suas instituições de custódia e a produção historiográfica, possam demonstrar a importância que essas relações exercem para a construção do conhecimento histórico. Espera-se também que essa pesquisa possa auxiliar futuros trabalhos no que se refere às possibilidades, já que são inúmeras as instituições e acervos a serem explorados, levando em conta a importância que elas ainda possuem quando se fala em memória, patrimônio histórico e utilização de fontes para a produção científica.

1. O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA COMO CIÊNCIA E AS INTERSECÇÕES ENTRE OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA

2.1 A TRAJETÓRIA DE TRANSFORMAÇÕES DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA

Como toda e qualquer atividade, a trajetória percorrida pela Arquivologia está intimamente relacionada com o processo de desenvolvimento das sociedades humanas, ao longo da história¹. Com o surgimento de uma escrita sistematizada, nas civilizações do Vale do Nilo e da Mesopotâmia, percebeu-se a necessidade de manutenção dos registros, inicialmente para controle e administração de riquezas. Primeiramente entre os comerciantes fenícios, mais tarde nas cidades e posteriormente nos Estados, conservavam-se registros de propriedade, acordos comerciais, controles de produção e de estocagem agrícolas, registros contábeis, de pagamento de tributos, entre outros². A partir de então e no decorrer dos tempos, os arquivos passaram por inúmeras transformações provenientes da forma como essas sociedades os pensavam e os utilizavam. Dos primeiros arquivos formados, até a atualidade, um longo e rico caminho foi percorrido fazendo com que, paulatinamente, os arquivos fossem adquirindo o papel e a importância de guardiões das informações das instituições e das pessoas, de mantenedores das provas que asseguram direitos e garantias fundamentais e de custodiadores das fontes utilizadas nos estudos científicos, recebendo assim o *status* de disciplina, a partir do século XIX.

As descobertas arqueológicas permitiram constatar que os primeiros arquivos surgiram nos seios das classes dirigentes, próximos aos templos e palácios, tidos como o centro da vida social da Antiguidade Oriental. Esses primeiros arquivos tinham como suporte as placas de argila, armazenadas em estantes de madeira, sendo organizadas em um já complexo sistema de informações, observando-se uma preocupação, já naquele tempo, em separar os documentos a partir das diferentes temáticas neles abordadas³.

¹ WHITE, Leslie A. O conceito de sistemas culturais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.81

² POSNER, Ernst. Archives in the Ancient world. Cambridge: Harvard University Press, 1972, p.24.

³ BROSIUS, Maria. Ancient Archives and Archival Traditions: Concepts of Record Keeping in the Ancient World. Oxford University Press, 2003, p.13-14.

Figura 1 – DOMÍNIO PÚBLICO. Placas de Argila encontradas na região do Crescente Fértil.⁴



Na Antiguidade Clássica, mais especificamente em Roma, surge a ideia de arquivo público, aberto à população, vistas à garantia de prova para reclamação e comprovação de direitos dos cidadãos, como consequência da instituição do direito romano. É na Antiguidade Clássica que os arquivos se debruçam de maneira mais intensa e irreversível a uma das suas mais célebres funções até hoje; a função jurídica e administrativa de atestar, de comprovar⁵. É também na Antiguidade Clássica que o fazer arquivístico sofre a sua primeira grande transformação, com a instituição de uma rede especializada e descentralizada de arquivos independentes, de um protótipo de disciplina com regras e objetivos específicos e com profissionais e serviços próprios, inclusive com elementos que futuramente seriam aperfeiçoados pela arquivística contemporânea^{6 7}.

Na Idade Média, a custódia dos documentos era de responsabilidade, principalmente, da Igreja, herdeira dos arquivos e bibliotecas da antiguidade clássica, vista como bastião do saber, da cultura e do conhecimento, fazendo com

⁴ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-59882486>. Acesso em 29 de dezembro de 2023.

⁵ COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. Fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 32.

⁶ POSNER, Ernst. Archives in the Ancient world. Cambridge: Harvard University Press, 1972, p.14.

⁷ Vale ressaltar que atualmente não há distinção entre os conceitos de Arquivística e Arquivologia. Até o final da década de 1990, Arquivística se referia aos princípios técnicos e práticos e a Arquivologia, apenas aos conhecimentos teóricos.

que a ideia de arquivo público da sociedade romana se esvaziasse. Os chamados Arquivos Eclesiásticos, contidos nas catedrais e mosteiros, eram vistos como espaços de preservação de registros antigos e de documentos de valor, oriundos tanto das instituições públicas quanto privadas⁸. A partir do século XIV, surgem os Arquivos Centrais, instituições criadas para serem referências para as atividades arquivísticas, como é o caso do Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, uma das instituições mais antigas e ainda em funcionamento.

Com o surgimento do Estado Absolutista, no século XVI, surge também um novo sistema administrativo de governo. Esse novo sistema influenciou bastante na forma como os arquivos passaram a ser vistos, a partir de então. O arquivo adquire o papel de elemento fundamental da administração, num sentido majoritariamente jurídico-político. Ou seja, era nos arquivos que deveriam ser armazenados os documentos estatais, relativos à administração dos territórios e da gestão governamental, vistos como propriedade do rei e estratégicos para a segurança militar, para a plena atividade econômica e para o exercício do poder monárquico⁹. Há uma centralização das instituições arquivísticas, surgindo assim os chamados Arquivos de Estado, como por exemplo, o Arquivo Geral de Simancas, na Espanha, em 1540, ainda hoje em atividade, sendo referência na gestão de parte significativa do patrimônio documental daquele país. Conforme pode ser observado na figura abaixo, os Arquivos de Estado, eram verdadeiras fortalezas, tamanha era a importância dada aos documentos neles contidos. É importante salientar que muitos arquivos criados em períodos anteriores, passaram a trabalhar com as novas prerrogativas vigentes naquele momento. O Arquivo da Torre do Tombo, por exemplo, surgido como um Arquivo Central, posteriormente absorveu toda a tônica vigente dos Arquivos de Estado. Dessa forma, os arquivos tinham o papel de colaboração na governança dos territórios por parte dos Estados Absolutistas, nesse período¹⁰.

⁸ REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica, *Biblios*, Lima vol. 7, n.24, abr./jun.,2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>

⁹ FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.

¹⁰ ÁNGEL RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio. *Manual de Archivística*. Madrid: Editora Síntesis, 1995.

Figura 2 – DOMÍNIO PÚBLICO. Arquivo Geral de Simancas, na Espanha, exemplo de um Arquivo de Estado.¹¹



Na contemporaneidade, com o recrudescimento do Estado de Direito, após a Revolução Francesa, exigindo mais eficiência na garantia de justiça social por parte da administração pública para com a população, os arquivos ganham a imagem de garantidores de direitos. A Lei de 7 Messidor instituiu que os recém-criados *Archives Nationales* seriam abertos para a consulta de qualquer cidadão que assim o desejasse. Essa mesma lei contemplou diferenciações entre documentos de domínio nacional, os relativos à justiça e à administração pública e aqueles destinados a subsidiar a História, as ciências e as artes. Em 1841, Natalis de Wailly cria as primeiras normas para a organização dos arquivos franceses. Esse acontecimento é visto como pedra angular para o surgimento formal da Arquivologia. Dentre as normas criadas, se institui a norma de respeito aos fundos¹², precursora do princípio da proveniência, principal lei do fazer arquivístico até os dias atuais¹³. Nessa conjuntura de aprimoramento dos saberes arquivísticos, durante todo o século XIX, os arquivos se tornam também os fornecedores primazes para a pesquisa histórica e produção historiográfica, conforme será abordado mais à frente.

¹¹ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_Geral_de_Simancas#/media/Ficheiro:Archivo_General_de_Simancas,_panor%C3%A1mica.jpg. Acesso em 29 de dezembro de 2023

¹² Fundo é o conjunto de documentos, de qualquer formato ou suporte, produzidos organicamente e/ou reunidos e utilizados por uma pessoa física, família ou instituição no exercício das suas atividades e funções. O termo equivale-se ao de Arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.97)

¹³ O princípio do respeito aos fundos assevera que documentos produzidos por uma entidade/pessoa/família devem ser mantidos separados daqueles produzidos por outras. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.136)

2.2 O DESENVOLVIMENTO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Desde o século XVI, sendo fundamental à administração colonial portuguesa no Brasil, a circulação de informações era feita através da produção, tramitação e organização de diversas espécies de documentos, como leis, escrituras, mapas, relatórios, entre outras. Esses documentos tinham a função de estabelecer a comunicação entre as instituições coloniais instaladas no Brasil com a Coroa Portuguesa. Já nesse período, existiam recomendações por parte da metrópole para que os documentos oficiais fossem devidamente guardados e mantidos pelas autoridades responsáveis¹⁴. Assim, surgem os primeiros conjuntos documentais do que viria a formar os futuros acervos brasileiros, produto das atividades administrativas que impactaram na vida social, política e econômica daquele momento. Assim sendo, as instituições de administração colonial produziram inúmeros tipos documentais a partir do aparato estrutural criado pela metrópole sobre sua possessão, algo também comumente feito pela Igreja e pelas companhias de comércio, nesse período ¹⁵.

Após a Independência é que se inicia a institucionalização das práticas arquivísticas no país. Sob a égide da construção de uma identidade nacional brasileira, surge, em 1838, o Arquivo Público do Império. Sobre a criação dessa instituição, a historiadora Célia Costa assevera:

Criado como um dos instrumentos viabilizadores do projeto político nacional, o Arquivo brasileiro visava, ao mesmo tempo, fortalecer as estruturas do Estado recém-fundado e consolidar a própria ideia do regime monárquico em um continente totalmente republicano. Para alcançar tais objetivos seria necessário recolher não só a documentação produzida pela administração pública, a fim de realizar sua função instrumental em relação ao novo Estado, como também os documentos referentes ao passado colonial, que se encontravam dispersos nas províncias e deveriam subsidiar a escrita da história da nação, a exemplo dos arquivos europeus¹⁶.

¹⁴ MELO, J. H. de. Do arranjo que não-de ter os papéis da Secretaria do Governo. In: A Ideia de Arquivo: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809). 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Arquivística) – Universidade do Porto (Portugal), p. 211- 272.

¹⁵ MELO, J. H. de; SILVA, R. N. e; DORNELES, S. Olhares sobre a História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil. Pesquisas Brasileiras em Ciência da Informação e Biblioteconomia, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 129-144, 2017.

¹⁶ COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000.

Essas funções, inspiradas na idealização dos *Archives Nationales* franceses, não foram plenamente desenvolvidas, muito pela herança do pensamento patrimonialista português, amplamente utilizado no Arquivo da Torre do Tombo, no qual a regra era o sigilo e não o acesso, característica comum aos Arquivos de Estado, durante o Absolutismo. Os documentos eram preservados para uso do monarca, sem que existisse o acesso, prática abolida em grande parte da Europa, a partir da Revolução Francesa¹⁷. Essa tônica na qual a regra é o sigilo marcou e ainda marca toda a trajetória das políticas de acesso às informações públicas, e conseqüentemente aos arquivos brasileiros, mesmo após a promulgação, em 2011, de uma nova lei de acesso às informações produzidas pela União, Estados, do Distrito Federal e Municípios¹⁸.

Figura 3 – DOMÍNIO PÚBLICO.1838. Primeira sede do Arquivo Público do Império, situado na Secretaria de Negócios do Império.¹⁹



Também em 1838, surge o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, com a finalidade de “buscar, recuperar e preservar documentos relevantes ao

¹⁷ CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). Fuentes - Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional, v. 6, p. 44-56, 2012.

¹⁸ Trata-se da lei federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação.

¹⁹ Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/343-secretaria-de-estados-dos-negocios-do-império>. Acesso em 30 de dezembro de 2023

passado do país e a partir desses documentos, escrever a história do Brasil”²⁰. Com maior prestígio político e econômico, o IHGB era composto por membros da elite brasileira e teve seu acervo composto a partir da fragmentação de alguns fundos do Arquivo Público do Império e de outros inúmeros fundos de arquivo de todo o país, com total apoio da classe política e do próprio imperador. Vale ressaltar que nesse período, surgem diversas instituições arquivísticas ligadas à administração central em diversos estados como Paraná (1855), Minas Gerais (1895) e Rio Grande do Sul (1906).

A partir de uma reorganização da estrutura institucional advinda da queda da monarquia e o surgimento da República, em 1911, o Arquivo Público do Império se torna o Arquivo Nacional. Essa nova fase é marcada pela criação de um curso de tratamento de documentos para o serviço público, visando atender a demanda dessa nova estrutura social e governamental.

O grande salto dado pela Arquivologia brasileira ocorre a partir da gestão de José Honório Rodrigues a frente do Arquivo Nacional, entre os anos de 1958 e 1964. Uma série de reformas e projetos foram postos em prática, como a instituição de novos expedientes para o tratamento de fontes históricas pela Arquivologia e a implementação de diversos cursos de capacitação, absorvendo técnicas e métodos utilizados internacionalmente, fazendo com que novas instituições arquivísticas surgissem, além do primeiro curso universitário na área, em 1977, no Rio de Janeiro, fosse implementado²¹. Em 1971 foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros, a AAB, instituição que surge com o objetivo de defender a preservação dos arquivos e de exigir melhores condições de trabalho para os profissionais da área. Visando regulamentar as atividades arquivísticas e demonstrar a sua importância, algo já sinalizado na constituição de 1988, em 1991 é instituída a lei federal nº 8.159, que além de criar a Política Nacional de Arquivos, cria também o Conselho Nacional de Arquivos, o CONARQ, órgão máximo quanto à regulamentação da política arquivística no país, no que diz respeito ao poder executivo, servindo como parâmetro para outros poderes.

²⁰ CAMARGO, C. R. À Margem do Patrimônio Cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 - 1980), 1999, Assis, UNES. Tese de Doutorado.

²¹ MARQUES, A. A. DA C.; RODRIGUES, G. M. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 30, n. 2, p. 176-191, 2017.

Figura 4 – DOMÍNIO PÚBLICO. 2007. Sede atual do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro²².



Apesar dos inúmeros avanços institucionais, os arquivos brasileiros ainda se inserem num contexto de grave falta de investimento, reconhecimento e atenção por parte do poder público. Medeiros e Souza explicam a situação delicada na qual os arquivos brasileiros ainda se encontram:

A situação dos arquivos públicos brasileiros ainda se revela preocupante. [...] um descaso do poder público com a gestão documental, a preservação e o acesso de seus documentos. Em pleno século XXI, com o advento de tecnologias e do crescente número de profissionais que lidam com a informação, é lastimável que isso ainda ocorra²³.

2.3 OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Apesar de serem saberes distintos e terem seus próprios objetivos, fundamentos e trajetórias, a História e a Arquivologia têm uma relação bastante íntima, a despeito do fato dos arquivos terem seu surgimento muito mais atrelado às questões de cunho jurídico-político-administrativo do que propriamente histórico. Os arquivos, a partir do século XIX, passam a ser vistos como a principal fonte de informação para os estudos não só no campo da História, mas em outras inúmeras ciências humanas, como a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia.

²² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/09/23/menos-pedro-ii-e-mais-periferia-nova-diretora-quer-descolonizar-o-arquivo-nacional.ghtml>. Acesso em 29 de dezembro de 2023.

²³ MEDEIROS, J. M. G. de; SOUZA, K. I. de B. M. de. Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional. *ÁGORA*, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 57-78, 2014.

Em busca de adquirir um caráter mais científico, se afastando da crônica literária, a História lançou mão dos acervos arquivísticos para ganhar maior credibilidade e confiabilidade perante os postulados do Cientificismo. Os arquivos passam a ter o papel de fornecedor precípua de fontes para a produção historiográfica, a partir do avanço da Escola Positivista. Com o surgimento do Historicismo, já na segunda metade do mesmo século, os arquivos ganham ainda mais protagonismo, sendo o principal local para a obtenção de informações e produção do saber histórico, uma espécie de “laboratório científico” para os historiadores²⁴. Leopold Von Ranke, um dos principais expoentes dessa forma de abordagem dos fatos históricos, desenvolveu um *modus operandi* para a pesquisa histórica em consonância com essas ideias, ressaltando a importância das fontes primárias, especialmente as de arquivo, e a busca por uma maior objetividade das narrativas. Como José d'Assunção Barros destaca:

[...] a própria coleta de documentação e constituição de novos tipos de fontes (na época de Ranke, essencialmente arquivísticas e ligadas à política, à diplomática e às instâncias institucionais) foi um elemento que trouxe efetivamente um novo tomus àquela historiografia que agora se postulava como científica. Ranke, ele mesmo, foi um desbravador arquivístico.²⁵

É sob esse contexto de valores e ideias da época, que os arquivos irão construir e aperfeiçoar os seus princípios, técnicas e métodos, instituindo regras e normas que disciplinem de maneira coerente os fazeres da profissão, oriundos do aprimoramento das atividades já desenvolvidas desde a antiguidade, possibilitando maior proficiência na prestação de serviços à pesquisa científica e à eficiência jurídico-administrativa, papéis que serão ainda mais diferenciados a partir do final do século XIX e começo do século XX. Há uma espécie de corroboração entre os saberes arquivísticos e históricos, já que ambos se beneficiaram dessa relação, que sem dúvidas contribuiu para o processo de afirmação desses dois saberes como ciência.

²⁴ JIMERSON, Randall C. Archives Power: Memory, Accountability, and Social Justice. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

²⁵ BARROS, José D'Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico, Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.17, núm. 3, set-dez, 2013, p. 979. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305529845009>

Em 1898, com a publicação do *Manual para arranjo e descrição de arquivos*, criado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, a Arquivologia dá mais um passo para se notabilizar como disciplina, rechaçando o papel secundário e auxiliar, até então atribuído a ela. O “Manual Holandês”, como é conhecido, é visto como um divisor de águas para a profissionalização dos trabalhadores de arquivos e do empreendimento da Arquivologia como saber independente. Nesse manual, se institui o Princípio da Ordem Original²⁶ além da diferenciação entre documentos administrativos e documentos históricos, trazendo uma distinção clara entre os fazeres dos arquivistas e dos historiadores. É nesse momento que a Arquivologia se distancia da pesquisa histórica, colocando-a em segundo plano, retomando assim, a importância de sua função jurídica e administrativa. Outro fator que contribuiu para esse distanciamento, foi a crítica empreendida pelos historiadores ao caráter elitista dos acervos arquivísticos. A partir de 1929, com o advento da escola dos *Analles*, sob as premissas de introduzir novas concepções e novos personagens, expandiu-se o conceito e a compreensão do que viria a ser documento, defendendo-se a ideia de que não apenas as fontes textuais seriam passíveis de serem objetos de pesquisa no campo da História²⁷.

A partir do século XX, principalmente após a II Guerra Mundial, a Arquivologia teve que lidar com um fenômeno bastante complexo e que evidenciou questões até então pouco discutidas, que influenciaram de maneira significativa na forma como os arquivos se relacionam com a História. Trata-se do fenômeno de crescimento exponencial da produção e acumulação de documentos. A chamada Explosão Documental estava diretamente ligada ao avanço das atividades burocráticas, tanto públicas quanto privadas. O crescimento das instituições de pesquisa e educação também contribuíram para que esse fenômeno ocorresse, trazendo um grande desafio para os arquivistas no que diz respeito à gestão dos documentos²⁸. A grande preocupação referia-se sobre quais documentos deveriam ser guardados permanentemente ou não e quais critérios de avaliação para a tomada de decisão deveriam ser utilizados, já que, como exposto anteriormente, foi criada uma

²⁶ De acordo com o princípio da ordem original, os arquivos devem ser organizados e preservados de forma a manter a estrutura e o contexto original em que foram criados. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.137)

²⁷ BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.79.

²⁸ MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 5

diferenciação entre os documentos de cunho jurídico-administrativo e os documentos históricos. Em 1946, nos Estados Unidos, é criada a Comissão Presidencial para a Eficiência e Economia do Governo, mais conhecida como a “Comissão Hoover”. A partir do diagnóstico de expansão da máquina pública, logo após a II Guerra Mundial, essa comissão tinha o objetivo de modificar a estrutura de governo, a fim de torná-la mais eficiente e econômica. Essas modificações também foram implementadas na gestão dos documentos de arquivo. Assim, surgem as primeiras discussões sobre o chamado Ciclo Vital dos Documentos²⁹ e com o seu aprimoramento, a Teoria das Três Idades³⁰. Vale salientar que a terceira e última idade, refere-se aos arquivos permanentes e foi destinada principalmente a documentos de valor histórico.

Em 1948, é criado o Conselho Internacional de Arquivos, o CIA, buscando coordenar internacionalmente os principais ditames do fazer arquivístico. Nesse mesmo período se observa um esforço na tentativa de conciliação entre as duas principais funções da Arquivologia: histórica e administrativa. No que se refere à avaliação, as contribuições de Theodore R. Schellenberg são de suma importância para a Arquivologia, já que sem essa etapa, os documentos não poderiam percorrer o seu fluxo até à sua destinação final. É na avaliação que se define o que será guardado permanentemente ou eliminado. Em 1956, Schellenberg lança a obra *Arquivos Modernos: teoria e prática*, suscitando os princípios basilares de avaliação no que se refere ao valor primário e secundário dos documentos: o valor primário é o valor para a própria entidade que o produziu (arquivos correntes e intermediários), vistas ao cumprimento de seus objetivos jurídicos e administrativos legais. Já o valor secundário, refere-se ao valor de preservação, visando a utilização além do contexto imediato no qual ele foi criado, por outros usuários que buscam informações (arquivos permanentes). É no valor secundário que se enquadra o subsídio a pesquisa histórica³¹.

²⁹ Refere-se às sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo desde a sua produção à guarda permanente ou eliminação. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 47)

³⁰ Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e, posteriormente, a identificação de seus valores primário e secundário. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160)

³¹ SCHELLENBERG, T. T. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.180.

Outra grande preocupação da Arquivologia que se acentuou no século XX, refere-se à preservação, restauração e conservação dos acervos³². Conjuntamente, esses três processos buscam garantir a integridade dos documentos, protegendo as informações neles contidas, informações essas detentoras da história e da memória de uma pessoa, de uma instituição, de uma comunidade, matéria-prima de valor inestimável para a pesquisa histórica e o fazer historiográfico. Medidas como o controle da temperatura e umidade e o arquivamento e o acondicionamento adequados são exemplos de iniciativas que buscam garantir a integridade do patrimônio documental.

Na década de 70, com a emergência da terceira geração dos *Analles*, há uma consolidação da ideia de expansão das possibilidades de utilização de fontes para a pesquisa histórica e de seus métodos. Além dos tradicionais documentos textuais, outras fontes foram incorporadas, como os registros arqueológicos, estatísticos, fotografias, paisagens, filmes, tudo na intenção de compreender os fatos históricos de maneira mais holística, mais ampla³³. Além disso, a terceira geração também defendia que as fontes contidas nos tradicionais arquivos, deveriam ser revisitadas e novamente indagadas a partir de uma nova concepção de História; uma História que se propunha a ser interdisciplinar. Essa expansão do que passou a ser denominado “documento” pelo historiador, propiciou o processo de repensar as suas fontes e o incitou a construir um novo diálogo com as disciplinas da Ciência da Informação, especialmente com a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Informática. Uma história com novos sujeitos, novas vozes, novos padrões³⁴. Isso fez com que os historiadores se reaproximassem dos arquivos, além de estimular a criação de novos espaços de memória, inclusive de novas instituições arquivísticas. Essas novas instituições tinham diferenças importantes dos arquivos de outrora. Tidos como centros de memória, esses novos arquivos, impulsionados por essa nova concepção de História, tinham um caráter muito mais colecionador, abarcando, inclusive, documentos dos mais diversos suportes e não apenas o papel, assim como acervos

³² Existem diferenças fundamentais entre esses três processos; a preservação consiste em atividades administrativas, políticas e sociais de prevenção da deterioração e danos que possam comprometer a integridade dos documentos. Já a restauração refere-se a procedimentos específicos para recuperação de documentos já deteriorados e danificados. A Conservação visa desacelerar o processo de deterioração dos documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

³³ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.83

³⁴ FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

de famílias e de instituições não governamentais, como partidos políticos, sindicatos e associações. A partir desse cenário, os historiadores viram um grande leque de possibilidades se abrir, aumentando assim, novos caminhos de trabalho. Surge, então, na década de 80, o conceito de Arquivo Total, ou seja, um arquivo que não custodia apenas documentos de instituições públicas, em suporte de papel. Nesse sentido, os arquivos ganham uma nova dimensão, ultrapassando o seu limite físico, com a emergente produção de documentos digitais. Ou seja, os arquivos passaram a contemplar novos gêneros documentais³⁵, novos grupos sociais e novas narrativas, superando inclusive, a distinção entre arquivos administrativos e históricos, privados e públicos, independentemente de sua forma, suporte ou origem^{36 37}.

A partir dos anos 90, a Arquivologia se voltou de maneira ainda mais intensa para o mundo da tecnologia e adaptações foram implementadas a partir dessa nova realidade³⁸. A digitalização de documentos ganha força, assim como a instituição de sistemas de gerenciamento eletrônico. No que se refere à digitalização, existe um ganho dual na implementação dessa iniciativa: a diminuição do manuseio das documentações originais, evitando possíveis danos e a facilidade e rapidez na disponibilização das informações contidas nos acervos documentais. A digitalização veio como método de preservação substituto da microfilmagem, surgida no século XIX, mas amplamente utilizada a partir dos anos 30. Outro ganho trazido pela chamada Revolução Tecnológica é o crescente interesse na democratização do acesso às informações, já que cada dia mais os arquivos buscam formas de

³⁵ Gênero Documental significa a reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento cinematográfico, documento iconográfico, documento eletrônico, documento micrográfico, documento textual. (ARQUIVO NACIONAL, 2006)

³⁶ COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

³⁷ Vale informar que o conceito de arquivo atualmente aceito é de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. (ARQUIVO NACIONAL, P. 26)

³⁸ REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica, Biblios, Lima vol. 7, n.24, abr./jun.,2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>

disponibilizar seus acervos de forma online e ampliar o acesso para além de pesquisadores, alcançando um perfil mais amplo de público³⁹.

É sob essas perspectivas que os arquivos se tornam instituições ainda mais centrais para preservação da memória, condição reconhecida pela UNESCO, asseverando a “importância dos acervos arquivísticos para a pesquisa científica, para o desenvolvimento socioeconômico, para a garantia de direitos e deveres de todos os entes sociais e para a o desenvolvimento cultural e da identidade de cada nação”. Desde 1992, a instituição criou o programa Memória do Mundo, na intenção de reconhecer e preservar documentos e arquivos, vistos como parte do patrimônio histórico global, protegendo esse patrimônio do esquecimento coletivo, do descaso, de possíveis danos do tempo e de condições climáticas adversas, além de possíveis destruições intencionais⁴⁰.

2. A PESQUISA HISTÓRIOGRÁFICA E OS ARQUIVOS

3.1 A IMPORTÂNCIA E CENTRALIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO PARA A PESQUISA HISTÓRICA

A partir dos *Analles* e da conseqüente ampliação das fontes para a pesquisa histórica, os documentos tradicionalmente produzidos sobre papel tornaram-se alvo de críticas e aparentemente foram vistos como obsoletos e insuficientes para a produção historiográfica. Entretanto, historiadores e arquivistas têm demonstrado ao longo de várias décadas, especialmente por meio da produção científica com base nessas fontes, a importância e a centralidade desses acervos para a História. Diversos teóricos, colocaram e ainda colocam luz sobre essa temática.

Ao citar o Projeto Resgate Barão de Rio Branco, um programa de cooperação arquivística responsável por disponibilizar documentos referentes ao Brasil que estão em arquivos estrangeiros, especificando a documentação oriunda do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, a historiadora Maria do Socorro Ferraz Barbosa assevera a importância desse acervo para a história colonial pernambucana e brasileira:

³⁹ DURANTI, L. The InterPARES Project: The long-term preservation of the authentic electronic records: findings of the InterPARES Project. Itália, Archilab, 2005. Disponível em: http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_dissemination_jar_duranti_dsj_4_2005.pdf.

⁴⁰ UNESCO, Memoria del Mundo. Disponível em: <https://www.unesco.org/es/memory-world>. Acesso em: 6 jul. 2023.

Quando os fogos das comemorações não mais iluminarem os céus e o pipocar deles não mais se ouvir, restarão os documentos, bem pensados ou mal pensados, reproduzindo verdades ou meias verdades; eles são, pelo menos, uma representação da verdade à procura de um autor/historiador que descubra neles um elo entre o passado e o presente [...] A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino poderá trazer esclarecimentos a muitos problemas históricos, mas, também deverá provocar a necessidade de consulta e de microfilmagem de outros arquivos que complementarão informações e dirimirão dúvidas acerca dos fatos pertinentes a nossa história⁴¹.

Percebe-se o quanto a autora atribui às fontes arquivísticas, agenciadas com outras fontes do mesmo tipo ou de tipos diferentes, o papel de contribuir na elucidação de problemáticas e dúvidas acerca dos acontecimentos.

Ernst Posner, um dos maiores estudiosos dos arquivos antigos, vai além. O arquivista defende que a notoriedade dos arquivos para a humanidade é incontestável e que mantê-los vivos é demonstração da importância dos acervos para a compreensão das formas de organização da humanidade no passado. Segundo ele, sem esses registros, o passado estaria perdido (POSNER, 1972, p.1)

Outra reflexão que merece nota é a empreendida por Paul Ricoeur, sobre os arquivos e o fazer historiográfico. De caráter essencialmente epistemológico, Ricoeur explora a ideia de que os arquivos são lugares depositários de rastros do passado, e não guardião de uma memória coletiva pronta. O filósofo aborda que o historiador, diante desses rastros, inicia o que ele chama de “Operação Historiográfica”, momento em que a memória formada por esses rastros se transforma em História, a partir da construção de uma narrativa. Sob o arquivamento desses rastros, evidenciando diferenças essenciais entre os historiadores e arquivistas, Ricoeur diz:

Esse gesto de separar, de reunir, de coletar é objeto de uma disciplina distinta, a arquivística, à qual a epistemologia da operação historiográfica deve a descrição dos traços por meio dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral⁴².

⁴¹ FERRAZ, Socorro. O Arquivo Histórico Ultramarino - Uma Possível Revisão Historiográfica. Revista CLIO, Recife, v. 1, n.17, p. 105-115, 1998.

⁴² RICOEUR, P. A memória, a história e o esquecimento. Campinas: Ed. da Unicamp, p.178, 2007.

Já Sidney Challob traz ponderações sobre a carga de conhecimento histórico oriunda dos arquivos judiciais trabalhistas, em específico, além de asseverar a importância da guarda de documentos desse tipo, e da busca dos historiadores por essas histórias contidas nas documentações que ainda não foram contadas:

Encontrar este tipo de história, nem que seja uma delas em mil processos, justifica que a gente guarde esses mil processos. [...] E os historiadores têm que fazer a sua parte também; procurar esse material onde ele ainda existe, começar a usar e mostrar a densidade e riqueza desses processos judiciais[...] ⁴³.

Por fim, Dulce Amélia e Dirlene Santos Barros trazem uma reflexão que ajuda a compreender a importância exercida pelos arquivos, abordando o fato de que em muitas ocasiões eles ultrapassam seu *status* usualmente conhecido:

Percebe-se, então, que esse status do arquivo não condiz apenas com o testemunho da identidade de uma sociedade e, tampouco, com uma instituição de guarda e preservação dos discursos de um povo. Constituído em base sólida, sua atuação extrapola tais conceituações: ele é gerador de conhecimento. Por isso, ele se impõe como lugar indispensável para o exercício da pesquisa. (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57).

3.2 O PESQUISADOR E AS FONTES DE ARQUIVO

Inúmeras são as perspectivas que demonstram a importância que os documentos de arquivo desempenham durante o processo de pesquisa, interpretação e escrita da História. Na relação dos historiadores com essas fontes, é possível extrair informações que ajudam a compreender o papel que esses documentos desempenham a partir dessa interação.

Ao falar desse diálogo entre o historiador e as fontes de arquivo, a arquivista Daniele Erthal traz a construção da intimidade entre a escrita da história e esses documentos, além da inescapável subjetividade do historiador ao falar que os

⁴³ CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: Curso de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do “O patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, 2005. Disponível em: https://www.trt4.jus.br/portais/media/431835/O_conhecimento_da_historia%252C_o_direito_a_memormo_e_os_arquivos_judiciais.pdf. Acesso em 05 de junho de 2023

documentos disponibilizados para leitura e análise de todo o público, ganharão uma utilidade específica, em consonância com a leitura feita, a partir “da criatividade de cada pesquisador, considerando o resultado final: o trabalho historiográfico ou científico”⁴⁴.

Em um tom mais crítico, o historiador André Porto Ancona Lopez, aborda o descompasso ainda existente entre os conhecimentos históricos e arquivísticos, algo que influência de maneira significativa no processo de pesquisa histórica e escrita:

Os arquivos são, ao mesmo tempo, o elemento mais importante e o menos discutido da construção histórica. A ausência de um diálogo efetivo entre historiadores e arquivistas, bem como a falta de conhecimento técnico e teórico sobre a ciência do “outro” são responsáveis pela situação lamentável em que se encontram duas pontas da mesma realidade, assim como pela enorme distância que as separa⁴⁵.

Caio Boschi, compartilha da mesma opinião, demonstrando que ainda hoje, os historiadores muitas vezes se limitam à sala de pesquisa dos arquivos, deixando de lado questões de grande importância como a origem dos documentos, o seu contexto de produção e de avaliação⁴⁶. Dessa forma, os arquivos se tornam lugares estranhos ao historiador que apesar, de frequentá-los com frequência, observa tudo com superficialidade, se satisfazendo com o contato puro e simples com o documento que o interessa, deixando de lado a possibilidade de uma compreensão mais ampla desse lugar de memória^{47 48}.

Abordando o cotidiano das estratégias de resistência nas últimas décadas da escravidão em Olinda, Robson Pedrosa Costa utiliza-se de documentos de extrema valia para o estudo do tema. As Listas de Classificação de Escravos produzidas pelo infrutífero Fundo de Emancipação foram a base de seu estudo e trouxeram inúmeros subsídios devido à extensa gama de informações. Nome do escravo, idade, cor, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, pessoas da família, moralidade, valor e o nome do senhor são algumas das informações contidas nessas documentações.

⁴⁴ ERTHAL, D. O Arquivista como gestor de fontes primárias para o fomento da produção intelectual. *Revista Ponto de Acesso*. 2, 2 (set. 2008), 94–112, 2008.

⁴⁵ LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 15-36.

⁴⁶ BOSCHI, Caio C. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

⁴⁷ LOWENTHAL, David. *Past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

⁴⁸ COOK, Terry. The archive(s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival: landscape, *The American Archivist*, Chicago, v. 74, n. 2, p. 600-632, 2011.

Observações adicionais, possibilitaram um aprofundamento ainda maior no que se refere ao estudo das dinâmicas do período histórico estudado, possibilitando assim traçar o perfil da escravidão no município de Olinda, naquele período. Com a República, a maioria dessas listas foram destruídas, a mando do então ministro Rui Barbosa, sob o argumento da possibilidade de serem utilizadas em ações impetradas pelos antigos senhores. Porém, as listas referentes a Olinda foram poupadas. Essas informações tidas como valiosas pelo autor foram agenciadas com outras fontes, como edições do jornal Diário de Pernambuco, ofícios da Câmara Municipal de Olinda, da Repartição Central de Polícia e dos Promotores Públicos obtidos através de diversas instituições, como o Arquivo Municipal de Olinda, o IAHGP e o LAPEH⁴⁹. Nesse trabalho, uma dissertação de mestrado, essa relação entre o historiador e as fontes de arquivo se mostra bastante exemplificada. É possível perceber a importância dada à preservação do patrimônio documental vistas ao fornecimento de informações extremamente ricas para subsidiar a pesquisa.

Porém, nem sempre a realidade encontrada pelos pesquisadores é positiva e propícia para que se faça uma plena e ampla pesquisa histórica. Ao tratar das dinâmicas estabelecidas pelas relações de poder, de trabalho e de saúde nas plantações açucareiras na zona da mata de Pernambuco, José Marcelo Marques Ferreira Filho, utilizou, entre outras fontes, mais de 3200 processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento dos municípios de Escada e Palmares entre 1964 e 1968. Esses processos, segundo o autor, permitiram identificar os discursos das classes trabalhadora e patronal no que se refere às questões trabalhistas e de condições de vida dos trabalhadores. O que é peculiar nesse processo de apreensão de dados para a construção do fazer historiográfico é o fato de que o arquivo responsável pela guarda desses processos, sofreu inúmeros sinistros, desde um incêndio a alagamentos ocasionados por enchentes, fazendo com que grande parte dessa documentação tenha se perdido. Os documentos referentes ao ano de 1963 foram retirados da pesquisa, justamente por constarem em um número reduzido, disponíveis para consulta. Além dos processos trabalhistas, foram analisados mais de 6200 prontuários médicos do Hospital Barão de Lucena

⁴⁹ PEDROSA COSTA, Robson. Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

guardados em seu arquivo, entre os anos de 1963 e 1973. Ao explicar os meandros da sua relação com a documentação e uma parte do processo histórico vivenciado por ela até ser utilizada como fonte, o autor explica:

A documentação mais detalhada no que se refere à saúde do trabalhador da zona canavieira de Pernambuco encontra-se no arquivo do Hospital Barão de Lucena. Em 1973, com sua falência, os prontuários médicos de todos os pacientes foram transferidos para o Hospital Gomes Maranhão, em Casa Forte. Para que o arquivo do HBL continuasse com os principais dados de todos os pacientes até então atendidos, foi feita a transcrição, para grandes livros de registros, de informações como: data de entrada do paciente; nome; filiação; sexo; estado civil; cor; profissão; residência; procedência; diagnóstico; data de saída do paciente; condições de saída e médico que o atendeu. Na ocasião, não foram transcritas as anamneses completas, não sendo possível uma análise mais detalhada do histórico de cada paciente. Na década de noventa, o Hospital Gomes Maranhão também entrou em falência, sendo desativado. Os prontuários originais foram vendidos para reciclagem⁵⁰.

Outra circunstância que merece destaque, refere-se à destruição intencional de arquivos públicos, a fim de silenciar e encobrir fatos e informações de suma importância para a preservação da memória e entendimento do passado. Dimitri Felix do Nascimento, toca nesse assunto ao trazer em sua dissertação o trabalho de investigação e espionagem do SNI, durante a Ditadura Militar em Pernambuco. O Serviço Nacional de Informações elaborou um decreto, nos anos iniciais da ditadura que autorizava a autoridade que produziu um documento sigiloso, destruí-lo se achasse conveniente. Uma espécie de poder paralelo institucionalizado vistas ao apagamento de memórias imprescindíveis para contar a história de um período marcante da vida brasileira. O autor ainda cita o exemplo do caso ocorrido em 2004, no qual foram queimados documentos de arquivo da ditadura na base aeronáutica de Salvador:

Entre os documentos que resistiram à queima criminoso nas investigações da Polícia Federal estão “fichas, prontuários e relatórios da inteligência do

⁵⁰ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

Exército, Aeronáutica e Marinha sobre personagens e organismos da esquerda armada, segundo o *Jornal A Tarde*⁵¹.

Vale ressaltar, que segundo a atual legislação, mais especificamente no artigo 305 do Código Penal, é crime “Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor. A pena varia de reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular. Na lei 8.159 de 1991, que institui a política nacional de arquivos públicos e privados, também consta a responsabilização daqueles que destroem indiscriminadamente documento de interesse público:

Art. 25. Ficará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerado como de interesse público e social⁵².

Por fim, um ponto de vista bastante interessante é o desenvolvido pelo historiador polonês Krzysztof Pomian que ao tratar da relação entre arquivos, História e memória, afirma que os documentos constituem em si uma falta, uma ausência, trazendo consigo invisibilidades. Para ele, esses documentos nada mais são do que “objetos portadores de signos anexados ou incorporados a um suporte material”⁵³. Esses documentos, formam uma memória objetivada, que tem sua existência muitas vezes mais longa que muitos grupos humanos. Porém, essa longevidade, segundo Pomian, não os dá a prerrogativa de serem memória constituída a serviço da História. Só ao serem postos à serviço de um interlocutor, que nesse caso é o historiador, ele se torna objeto da História, adquirindo a partir da relação entre a leitura e as próprias percepções desse interlocutor, a sua função memorial. O fruto desse processo é o que para Pomian, pode ser chamado de História.

3.3 O VALOR DE PROVA DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO

⁵¹ NASCIMENTO, Dmitri Felix do. O Serviço Nacional de Informações (SNI): o Estado de Pernambuco vigiado Recife: O autor, 2013. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

⁵² Art. 25 da lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991 (Brasil, 1991)

⁵³ POMIAN, K. Les archives: du Trésor des chartes au Caran. In: NORA, P. (Dir.). Les lieux de mémoire. III. Les France 3. de l'archive à l'emblème. France: Éditions Gallimard, 1992, p. 164

Conforme já dito, a partir do século XIX, os historiadores mergulharam no universo dos arquivos, com o objetivo de dar um caráter mais científico à História, se afastando da crônica literária. O Positivismo, pregava a ideia de que os historiadores deveriam buscar uma verdade histórica, num processo no qual as fontes falassem por si mesmas, sem maiores interferências por parte do historiador⁵⁴. Essa verdade histórica seria indubitavelmente expressa através de uma linguagem objetiva e sob um contexto de universalidade, na qual os documentos de arquivo, como registros oficiais, cartas, diários entre outros, contemporâneos ao período histórico estudado, eram vistos como fontes confiáveis para se reconstruir eventos passados⁵⁵. É dessa premissa defendida pelos positivistas que se acentuam as discussões sobre o valor de prova dos documentos entre os historiadores. Baseada em princípios de observação, oriundos do Empirismo e da Escola Metódica, as informações seriam analisadas e seus resultados seriam apresentados⁵⁶. Outra grande influência teórica absorvida pelo Positivismo refere-se à Diplomática, responsável pela análise e estudo da autenticidade dos documentos, tida como uma “disciplina auxiliar”, assim como a Paleografia⁵⁷. A chamada “crítica documental”, usualmente empregada no meio jurídico, atribuía um valor de prova, a partir de uma análise que levava em conta desde a custódia responsável até o reconhecimento da autoria do documento. Tão intrínseca era essa relação entre os documentos de arquivo e o seu valor de comprovação de uma ação que a expressão greco-romana *archeion* referia-se a lugares de prova e de documentos oficiais. Não diferente, o termo medieval-latino *archivium* significava espaço destinado ao documento com valor probatório (FAVIER, 2001). A partir desse contexto, os historiadores positivistas se apropriaram dessa prática, fazendo a relação entre valor de prova e o instituto da verdade na História, uma espécie de verdade formal a partir do empreendimento dessa crítica

⁵⁴ Holanda, Sérgio Buarque de. “O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke”. *Revista de História*, v. 50, n. 100, 1974, 431-482.

⁵⁵ GUIMARÃES, Manoel Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25-41

⁵⁶ RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador.

⁵⁷ BERTRAND, P. Du De re diplomatica au Nouveau traité de diplomatique: réception des textes fondamentaux d'une discipline. In: LECLANT, J.; VAUCHEZ, A. ; HUREL, D.-O. (Ed.). *Dom Jean Mabillon, figure majeure de l'Europe des lettres: Actes des deux colloques du tricentenaire de la mort de Dom Mabillon (abbaye de Solesmes, 18-19 mai 2007; AIBL, 7- 8 décembre 2007)*. Paris: Académie des inscriptions et belles-lettres, 2010. p.605-619

documental⁵⁸. Ou seja: nesse momento, acreditava-se que se o documento não pode ser falso, após análise crítica, então há a chance de se acreditar nas informações nele contidas, principalmente se ele for produzido por uma instituição de referência. Essa premissa, usual no meio jurídico e administrativo, ainda hoje é utilizada quando se referem aos documentos de arquivo. É possível perceber que o documento arquivístico, para esses fins, tem a característica de confiável, fidedigno, verdadeiro, ou seja, tem valor de prova⁵⁹.

A arquivista Luciana Duranti, ao explicar o poder de representação da realidade contido nos documentos de arquivo, afirma que esse poder é revelado na atividade de produção e guarda desses documentos que “comprovam e atestam uma ação”, tendo ligação direta a sua função administrativa. Para Duranti, “[...] os documentos são criados, mantidos e conservados sob custódia, de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados”. Eles “[...] se acumulam no curso das transações e estabelecem relações de acordo com as necessidades da matéria em pauta [...]”. Além disso, “[...] cada documento assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence [...]”⁶⁰. Ao citar essas características, Duranti refere-se à natureza para qual o documento foi criado, ou seja, para fins jurídico-administrativos e não aos seus posteriores usos, caso no qual a pesquisa histórica se insere. Nesse sentido, para Duranti, os documentos de arquivo confeririam essa “promessa de verdade”. O problema é que, muitas das vezes, os historiadores utilizam essas mesmas premissas, quando utilizam os documentos como fonte de pesquisa. O historiador Carlo Ginzburg, explica essa problemática:

A fonte histórica tende a ser examinada exclusivamente em si mesma (segundo o modo com que foi construída) e não das pessoas sobre que se fala. Para dizer em outras palavras, se analisam as fontes (escritas, imagens etc.) do mesmo modo que se analisam os testemunhos das

⁵⁸ VENANCIO, Renato Pinto. História e verdade - Os arquivos como valor de prova. [Entrevista cedida a] Andriolli Costa. IHU On-Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 450, 11 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5622-renato-pinto-venancio>

⁵⁹ RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., p. 274-275, 2016, Salvador. Anais... Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3671/2457>. Acesso em 18 de julho de 2023

⁶⁰ DURANTI, L. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. Estudos Históricos, v.7, n.13, p.49-64, 1994

representações sociais: mas ao mesmo tempo se rechaça a possibilidade de analisar as relações existentes entre os testemunhos e a realidade por eles designada ou representada. Pois bem, estas relações não são óbvias, defini-las somente em termos de representação é que seria ingênuo. Sabemos perfeitamente que todo testemunho está construído segundo um código determinado: alcançar a realidade histórica (ou a realidade) diretamente é por definição impossível⁶¹.

A partir dessa discussão, já no século XX, constituíram-se novas ideias nesse sentido de que não há representação definitiva e cristalina da realidade, ao utilizar documentos de arquivo como fonte para a pesquisa histórica, pois nem todas as intencionalidades e contextos estão totalmente evidentes⁶². Por isso é tão importante que os historiadores conheçam as lógicas que permeiam os saberes arquivísticos, já que a finalidade para qual os documentos de arquivo são criados (valor primário) diverge de seu uso para a pesquisa histórica (valor secundário). É através dessa questão, que se revela a problemática aventada pela Escola dos *Analles* e posteriormente pela Nova História: Seria possível uma representação inequívoca da realidade histórica, através dos documentos de arquivo?

Segundo a perspectiva da Escola dos *Analles*, essa visão tradicional dos positivistas era um tanto elitista e seletiva, não contemplando diversos atores sociais nas produções historiográficas. Outra crítica empreendida referia-se a única e exclusiva utilização de documentos escritos como fonte de pesquisa, algo visto como inconcebível, defendendo-se a ideia de ampliação das possibilidades de fontes. Sobre essa questão, um dos mais célebres membros da terceira geração dos *Analles*, Jacques Le Goff assevera:

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico [...] ⁶³.

⁶¹ GINZBURG, Carlo. 'El Juez e el historiador'. Tradução Alberto Clavería, Madrid, 1993.p 23

⁶² RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., p. 274-275, 2016, Salvador. Anais... Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3671/2457>. Acesso em 18 de julho de 2023

⁶³ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

Le Goff, um dos historiadores que mais discutiu sobre a relação com os objetos de pesquisa, busca provocar uma reflexão sobre a crença desmedida que se tem nas fontes, na pretensão de se alcançar uma suposta verdade na História. Partindo desse ponto, ele demonstra a necessidade de ver os documentos como uma construção, já que eles são produtos fabricados pela sociedade e suas correlações de forças que detêm o poder.

A despeito da ascensão desse discurso crítico aos positivistas, advogado pela Escola dos *Analles* e pela Nova História, os historiadores continuam a explorar com intensidade as fontes oriundas dos arquivos⁶⁴. É evidente e consagrada a ideia de que os documentos arquivísticos são comumente utilizados para pesquisa historiográfica. Dessa forma, é inconcebível pensar sobre o trabalho desenvolvido pelos historiadores sem refletir também sobre os seus objetos de pesquisa e consequentemente os arquivos. Corriqueiramente essas fontes embasam os mais diferentes tipos de trabalhos científicos, abrangendo as mais diversas temporalidades e temáticas. Vale ressaltar que não era objetivo dos *Analles* abolir o documento de arquivo da pesquisa histórica, muito pelo contrário. O próprio Le Goff era um exímio pesquisador em arquivos, e utilizava esse tipo de fonte de forma bastante recorrente em seus ensaios sobre o período medieval, por exemplo. A questão não repousava sobre o tipo da fonte, mas sim sobre o olhar do historiador para todo e qualquer tipo de fonte utilizada⁶⁵. Afinal, todo documento, seja ele arquivístico ou não, é fruto da sociedade que o criou e deve ser visto com desconfiança por parte do historiador. Outro ponto aventado, refere-se ao fato de que nem sempre há a possibilidade de se utilizar fontes escritas como dito na revista acadêmica francesa *Annales d'histoire économique et sociale*:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas

⁶⁴ DEL PRIORE, Mary. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. Revista Territórios e Fronteiras. Vol. 03, N. 01. Jan – Jun. p.5, 2002.

⁶⁵ BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEBVRE Apud LE GOFF, 1984 p.94)

Portanto, a crítica empreendida pelos historiadores da Escola dos *Analles* e da Nova História, nunca se referiu ao uso em si dos acervos de arquivo como fonte, mas sim sobre o exclusivismo positivista no uso das fontes escritas, de arquivo, além do olhar pouco desconfiado dado pelos pesquisadores a essa e qualquer outro tipo de fonte como é percebido no trecho abaixo:

No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.” (LE GOFF, 2003)

Um caso que exemplifica essas questões, refere-se às pesquisas empreendidas por James Green nos arquivos referentes à ditadura militar no Brasil. Ao acessar um interrogatório e confrontar as informações contidas nele com as falas de um dos interrogados, um senhor chamado Anivaldo Padilha, militante da organização revolucionária Ação Popular, percebeu-se uma gama de mentiras e enganos que foram registrados nesse interrogatório, mesmo tendo sua estrutura totalmente construída conforme o padrão oficial, com cuidadosas anotações e devidamente assinado pelo funcionário responsável pela investigação. Segundo Green, uma leitura superficial poderia passar a impressão de que os policiais eram corteses e educados com os detidos, quando na verdade o que ocorria eram verdadeiras sessões de tortura, como explicado pelo próprio Anivaldo. Nesse sentido, Green completa:

“Quero afirmar que os documentos das forças de repressão, e aqui me refiro aos documentos da polícia política, ou seja, dos DOPS, são, no seu conjunto, cheios de mentiras. Qualquer pessoa que entra nos

arquivos tem que partir do pressuposto que um documento pode trazer mais decepções do que verdades⁶⁶

Dessa maneira, é notório que os documentos de arquivo continuam sendo fundamentais e centrais na construção das narrativas historiográficas e que não se pode prescindir deles mesmo quando seu conteúdo é confrontado por outras fontes. O olhar apurado e desconfiado do historiador é que balizará tanto a utilização dessas fontes, como a sua conseqüente produção.

3.4 O POTENCIAL EDUCATIVO DOS ARQUIVOS

Os museus e bibliotecas, como é sabido, possuem uma relação muito mais estreita com o ambiente educacional do que os arquivos, estes vistos de maneira mais distante por toda a comunidade educativa, sendo muito menos visitados por pais, alunos e professores do ensino básico. Porém, apesar de ter sua principal função não ser diretamente ligada à educação, os arquivos também possuem um grande potencial nesse sentido e iniciativas têm sido implementadas no sentido de explorar de maneira mais intensa essas potencialidades. Sobre essa questão, a historiadora e arquivista Heloísa Belloto explica:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa⁶⁷.

Partindo dessa premissa, percebe-se a que existem muitas possibilidades que podem ser implementadas a fim de estabelecer esse diálogo de forma mais profícua, fazendo com que os arquivos possam contribuir nas práticas do dia a dia das escolas. Dessa forma, a aproximação entre as escolas e os arquivos trazem

⁶⁶Green, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 205-216, jan/jun 2011, p. 206

⁶⁷ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.227.

inúmeros benefícios ao processo de ensino-aprendizagem, como a conscientização para a educação patrimonial e a noção de direitos e deveres de todos os cidadãos. A partir dessa ampliação de reflexões entre a comunidade educativa sobre educação patrimonial, os arquivos podem ser utilizados como instrumentos importantes de demonstração do valor da preservação dos documentos e registros históricos que os compõem, apesar de muitas vezes serem vistos pelos governos como simples custodiadores de acervos para comprovação e obtenção de direitos, algo que também pode ser explorado pelo viés da educação⁶⁸. Quando se fala em direitos e deveres, esse estreitamento se torna ainda mais evidente já que dialoga diretamente com uma função habitual dos arquivos, a função de atestar. Partindo de uma concepção de que a informação é um direito, traça-se um paralelo bastante interessante para ser trabalhado nas escolas, demonstrando a importância dos arquivos na contribuição para que sejam garantidos esses direitos e deveres. De maneira mais objetiva, Bellotto demonstra as possibilidades de aproximação dos arquivos com a pauta educacional:

Entre tantas atividades, os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros como de revistas e boletins, relativas à história regional, organização de eventos comemorativos, programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes, aprimoramentos de circuitos turísticos nos sítios históricos, espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos em efemérides ou comemorações (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Portanto, os arquivos estando numa posição de mantenedores de fontes fundamentais para a construção do saber histórico, podem, de maneira única, contribuir para o desenvolvimento da educação e devem ser utilizados como ferramentas pedagógicas potentes, trazendo inclusive a dinamização do aprendizado, ao serem utilizados pela comunidade educativa, algo que já vem sendo desenvolvido em diversas instituições arquivísticas, no objetivo de implementar projetos ligados à difusão e educação, a fim de destruir esse muro que muitas vezes invisibiliza os arquivos, a partir desse prisma. As ações educativas, de difusão dos

⁶⁸ GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno. Arquivo e escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a03.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

acervos, de educação patrimonial, projetos de extensão, grupos de pesquisa e a organização de eventos são alguns exemplos dessas iniciativas⁶⁹.

4. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES CUSTODIADORAS

4.1 O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE CUSTÓDIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL

A existência e atuação das instituições de custódia é o que, na prática, tem possibilitado a utilização de inúmeras espécies documentais como fontes para a pesquisa histórica. Sem essas instituições, a obtenção de informações a partir desses documentos seria bastante incipiente, já que em regra, o acesso aos documentos arquivísticos é feito por intermédio delas. Ao se discutir sobre essas instituições é necessário também, discutir sobre políticas arquivísticas e sobre gestão documental, temáticas totalmente ligadas ao trabalho desenvolvido por essas entidades. José Maria Jardim explica que as políticas arquivísticas são:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada ⁷⁰.

Nesse contexto, as instituições de custódia são atores de suma importância no processo de execução das políticas arquivísticas, desempenhando as ações que compõem toda a cadeia da gestão documental⁷¹, desde a produção até a preservação desses documentos, em seus mais diversos suportes (papel, mídias digitais, fitas de vídeo, microfilmes etc.). Ou seja, quando há uma boa gestão

⁶⁹ RODRIGUES, F. da S. .; GOMES, P. R. . Arquivologia e educação: múltiplas abordagens. P2P E INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 63–87, 2021. DOI: 10.21721/p2p.2021v7n2.p63-87. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5628>. Acesso em: 22 fev. 2024.

⁷⁰ JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.10, 2006.

⁷¹ Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento (ARQUIVO NACIONAL,2005).

documental, há uma maior eficiência jurídico-administrativa como também há melhores condições de fomento à pesquisa científica.

Entre as principais instituições de custódia, se notabilizam as instituições públicas, o que demonstra a importância da atuação do Estado, não só na criação de toda uma política nacional de arquivos, que abarca esse conjunto de atividades abordadas por José Maria Jardim, mas também na própria gestão de grande parte dos acervos fundamentais para a preservação da memória e da História do país. A aplicação de regras de acesso, a implementação de planos de classificação e tabelas de temporalidade⁷², ações de preservação, conservação e restauro, instituição de comissões permanentes de avaliação de documentos⁷³, formulação de instrumentos de pesquisa para identificação, localização e consulta (catálogos e guias) e a criação de programas educativos e de preservação da memória são algumas dessas ações desenvolvidas nessas instituições.

4.2 AS PESQUISAS EM ARQUIVOS NAS DISSERTAÇÕES DO PPGH/UFPE

A fim de obter um direcionamento objetivo das instituições que se revelam como subsidiárias das pesquisas no campo da História, utilizou-se as dissertações de mestrado do Programa de Pós-Graduação da UFPE, o PPGH, entre os anos de 2007 e 2022, como amostragem. Foram analisados os elementos pré-textuais (principalmente os resumos) e pós-textuais (precipualemente as referências bibliográficas), além de leituras adicionais de elementos propriamente textuais (quase sempre as introduções e em algumas ocasiões o próprio desenvolvimento dos trabalhos), quando necessárias, a fim de extrair dados que demonstrassem a utilização dessas fontes. As partes destinadas ao processo metodológico de pesquisa e de escrita foram de extrema valia para a obtenção de informações fundamentais à execução dessa parte do trabalho. A busca por palavras-chave como “arquivo”, “fonte” e “documento” também foi empreendida. A análise é focada em identificar, através do repositório institucional da universidade (ATENNA) e da página virtual e oficial do PPGH/UFPE, as informações referentes às instituições que de alguma forma forneceram fontes que contribuíram para a feitura dessas

⁷² Instrumento de destinação, destinação aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, transferência recolhimento, recolhimento descarte ou descarte eliminação de eliminação documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159)

⁷³ Grupo multidisciplinar encarregado da avaliação dos documentos de um arquivo, responsável pela elaboração de tabela de temporalidade. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 53)

dissertações. As pesquisas se resumiram a esse intervalo temporal, devido à indisponibilidade de acesso às dissertações de anos anteriores. Mais de 40 instituições de custódia foram identificadas, o que torna impraticável a abordagem mais aprofundada de todas elas. Portanto, serão contempladas algumas dessas instituições, com papel de destaque nas contribuições para a pesquisa histórica e preservação da memória nacional e local, além das que ainda possuem um grande potencial a ser explorado por parte dos pesquisadores, porém ainda pouco utilizadas. Busca-se aqui falar de como essas instituições surgiram, os desafios enfrentados na manutenção de seus respectivos patrimônios documentais, de seus acervos, além das iniciativas e projetos desenvolvidos por elas. Foram feitas pesquisas em seus respectivos sites institucionais, visitas presenciais quando possível, além de entrevistas com responsáveis e colaboradores, a fim de obter o maior número de informações sobre essas instituições e o trabalho desenvolvido por elas. Com isso, objetiva-se valorizar entidades pouco conhecidas do público mais amplo de pesquisadores, mostrar suas potencialidades e celebrar o trabalho de grandes instituições e suas contribuições para o fomento à pesquisa histórica.

Um dos mais antigos do país e o mais longevo das regiões norte e nordeste, o Programa de Pós-Graduação em História da UFPE (PPGH/UFPE), foi inaugurado em 1974, com o curso de mestrado e em 1991 com o curso de doutorado. O PPGH figura entre os mais conceituados programas de pós-graduação do Brasil, recebendo na última avaliação da CAPES, nota 4 para ambas as modalidades de curso. O programa, por ser pioneiro na região norte e nordeste, ainda hoje atrai estudantes das mais diversas regiões do país. Atualmente, existem 5 linhas de pesquisa no programa: *Cultura e Memória, Relações de Poder, Sociedade e Ambiente, Mundo Atlântico, Saberes Históricos: teoria, ensino e mídias e Do Antigo ao Moderno: Poderes, Culturas e Discursos*. O programa ainda conta com a publicação do periódico *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, publicado de maneira ininterrupta desde 1977. O PPGH tem como objetivo geral:

[...] enriquecer a formação acadêmica dos profissionais da área de História e afins – ampliando os seus conhecimentos adquiridos na graduação e desenvolvendo suas capacidades no campo do ensino e da pesquisa – com vistas ao aperfeiçoamento dos quadros para o magistério do ensino fundamental, médio e superior, mas também para a

administração pública, especialmente em Centros de Pesquisa, Bibliotecas, Arquivos, Museus, Institutos Culturais etc ⁷⁴.

Esses dados e características mais do que demonstram o prestígio e a robustez do programa no desenvolvimento de suas atividades, justificando assim a sua escolha para servir como *locus* para as análises empreendidas nessa pesquisa.

No quadro abaixo é possível observar as instituições que foram citadas nas dissertações de mestrado do programa e a quantidade de utilizações observadas nessas produções. Algumas vezes, a falta de clareza ao referenciar as fontes, dificultou o trabalho de análise, fazendo com que, possivelmente, alguma instituição não tenha sido citada ou citada em menor escala, o que demonstra a falta de valorização por parte de alguns pesquisadores ao não dar créditos às instituições que tanto os auxiliaram no processo de pesquisa.

Quadro 1 – Relação de Instituições de Custódia de Documentos citadas nas dissertações de mestrado do PPGH/UFPE entre 2007 e 2022.

Instituição de Custódia	Número de utilizações	Percentual correspondente ao Número de utilizações
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano	136	21,11%
BN - Biblioteca Nacional	99	15,37%
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco	67	10,40%
Arquivos Públicos de outros estados	56	8,69%
IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano	30	4,65%
LAPEH/UFPE – Laboratório de Pesquisa e Ensino em História	28	4,34%
Paróquias, cúrias, ordens, dioceses, conventos e diversas instituições religiosas	28	4,34%
Memorial de Justiça – TJPE	25	3,88%
Arquivos do Poder Legislativo	24	3,72%
AN - Arquivo Nacional	21	3,26%
Instituições custodiadoras de outros países	21	3,26%
LAHM/UFPE/TRT6 – Laboratório História e Memória	17	2,63%
Arquivos municipais	12	1,86%

⁷⁴ Site oficial do programa de pós-graduação em História, PPGH-UFPE, Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppghistoria/o-programa>. Acesso em 06 de julho de 2023.

CEPE – Companhia Editora de Pernambuco	11	1,70%
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	9	1,39%
Exército Brasileiro	8	1,24%
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	7	1,08%
Arquivos Pessoais	7	1,08%
LAHOI/UFPE – Laboratório de História Oral e da Imagem	6	0,93%
Instituições Cartoriais	6	0,93%
Instituições Hospitalares	6	0,93%
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	5	0,77%
Museu da Cidade do Recife	5	0,77%
Gabinete Português de Leitura	5	0,77%
Instituições Policiais	2	0,31%
Fundarpe – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco	2	0,31%
NUDOC/UFPE – Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais de Pernambuco Denis Bernardes	1	0,15%

4.3 A NOTORIEDADE DOS ARQUIVOS PESSOAIS

A maioria das dissertações de mestrado do PPGH/UFPE, entre os anos de 2007 e 2022, obviamente utilizaram-se de espécies documentais oriundas de fundos contidos em instituições de custódia, principalmente instituições públicas. Porém, como se sabe, as instituições, sejam elas públicas ou privadas, não são as únicas possibilidades de obtenção de informações a partir de documentos de arquivo que dão suporte às pesquisas. Tanto é que, os arquivos pessoais, apesar de ainda serem bem menos utilizados, vêm ganhando mais espaço. Porém, os documentos oriundos desse tipo de acervo ainda são pouco utilizados (1,08%). Os arquivos pessoais têm um papel inestimável para a preservação da memória e tem um grande potencial e serventia para as pesquisas. Sobre a utilização de arquivos pessoais, Ângela de Castro Gomes assevera:

No Brasil de hoje, pode-se afirmar que a preservação e utilização de arquivos pessoais para a pesquisa, em diversas áreas do conhecimento, são muito valorizadas. Desde os anos 1990, o Estado, através do Conselho Nacional de Arquivos, o Conarq, reconhece os arquivos pessoais como de interesse público e valor histórico, estimulando sua identificação e recolhimento a instituições memoriais de custódia, sejam arquivos, museus, bibliotecas ou centros de memória. Como se nota, algo muito recente, até porque, tanto no Brasil como internacionalmente, a “descoberta” desses arquivos, grosso modo, data dos anos 1970, quando se inicia um esforço de reflexão sobre suas especificidades⁷⁵.

Conforme dito pela historiadora Ângela de Castro Gomes, é importante sinalizar que tanto os arquivos privados, sejam eles pessoais ou de instituições, podem ser declarados de interesse público, caso contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento do país, conforme a resolução nº 47/2021 do CONARQ⁷⁶. Portanto, muitas vezes, esses acervos de arquivos pessoais são incorporados aos acervos de instituições de custódia.

4.4 O TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS INSTITUIÇÕES E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PESQUISA HISTÓRICA E PARA A EDUCAÇÃO.

4.4.1 O APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Principal instituição pública arquivística do estado de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, foi fundado em 1945, com a finalidade de salvaguardar toda a documentação produzida pelo Poder Executivo Estadual. Assim, os originais de todas as leis sancionadas, como decretos, atos, portarias, regulamentos e documentos históricos de outras naturezas passaram a ser preservados pela entidade. Apenas em 1975, o APEJE ganhou um espaço próprio, um prédio tombado pelo patrimônio histórico que já foi ocupado pela Biblioteca Pública Estadual e foi erguido para ser a sede da Câmara e Cadeia Pública do Recife, em 1731. Em 1983, o Arquivo foi rebatizado com o nome que possui até hoje, em homenagem ao seu primeiro diretor, Jordão Emerenciano.⁷⁷

⁷⁵ GOMES, A. M. C. Pesquisa histórica e arquivos pessoais: o exemplo do arquivo Gustavo Capanema. In: ALVES, Luís Alberto M; PINTASSILGO, Joaquim. (Org.). Investigas, Intervir e Preservar em História da Educação. 1ed.Porto: CITCEM, 2017, v. 1, p. 141-152.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-47-de-26-de-abril-de-2021>. Consulta feita em 21 de fevereiro de 2024.

⁷⁷ Site oficial do APEJE. **Institucional**. Disponível em: <https://arquivopublico.pe.gov.br/institucional/o-arquivo-publico-estadual>. Consulta feita em 20 de fevereiro de 2024.

Ao analisar as dissertações de mestrado do PPGH, observa-se que em 136 ocasiões, algum documento oriundo dos acervos do APEJE foi utilizado como fonte, mais de 20% de todas as utilizações feitas por todos os trabalhos que se valeram de alguma maneira dos arquivos. Essa enorme parcela de utilizações, reflete a importância extrema para a preservação da memória e da História de Pernambuco exercida pelo APEJE, durante seus 78 anos de vida. Não é uma simples coincidência que tantas utilizações nas dissertações, nesse período, sejam atribuídas ao APEJE. É bem verdade que o PPGH/UFPE, tem a tradição de abordar temáticas predominantemente locais, apesar de existirem outros tantos trabalhos que também trazem questões de outras regiões do Brasil. Comumente, as produções se esforçam em abordar fatos voltados para a História de Recife, Olinda, interior do estado ou do Nordeste do país e o APEJE possui um acervo bastante extenso e diverso sobre essas localidades e em diferentes momentos da História. Esse dado se entrelaça a um princípio de suma importância para a Arquivologia: o princípio da Territorialidade, que diz que os arquivos produzidos em determinado território, devem pertencer, de direito, à sociedade que lhes deu origem, sendo conservados no local onde foram criados⁷⁸. Os arquivistas canadenses Rousseau e Couture asseveram a grande importância desse princípio vistas a extração do máximo que um determinado fundo arquivístico tem a oferecer:

Um fundo atinge, no meio em que foi produzido, o máximo de pertinência e de significado. Do mesmo modo que um documento fora do seu meio geográfico e cultural perde pertinência, a mesma coisa acontece com o arquivo de uma instituição se este não for conservado por ela. Um documento pertence efetivamente a um dado meio e não pode ser entendido sem um conhecimento pelo menos elementar desse meio (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 89).

Portanto, o princípio da Territorialidade, se torna um aliado não só da prática arquivística, mas também da atuação dos pesquisadores, contribuindo para que se tenha um pleno subsídio, dado pelas instituições de custódia, às pesquisas científicas.

⁷⁸ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Tradução Magda Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, p. 98, 1998.

O APEJE possui um dos maiores e mais variados acervos documentais do estado, abarcando inúmeras temáticas e temporalidades, desde o período colonial, imperial e republicano, proporcionando inúmeras possibilidades de pesquisa aos historiadores. Esse acervo iniciou a sua constituição com a guarda de toda a documentação administrativa da Secretaria de Governo, incorporando posteriormente, fundos documentais de outros órgãos e secretarias extintas e doações de arquivos pessoais. No APEJE é possível encontrar documentos de 1534 até os dias de hoje. Documentos manuscritos, mapas, leis, jornais e periódicos compõem o acervo. Petições judiciais do tribunal da relação, ofícios de presidentes de província, documentos cartoriais, anais das câmaras municipais e do legislativo estadual, relatórios relativos a inúmeras obras públicas e cordéis raros são alguns exemplos. Vale o destaque para a hemeroteca da instituição, com mais de mil periódicos publicados, um dos maiores acervos de jornais e periódicos do Brasil. O APEJE ainda tem sob sua guarda o fundo sobre o DOPS, Departamento de Ordem Política e Social, instituído também em Pernambuco, durante a Ditadura Civil-Militar, nominado como Memória do Mundo pela UNESCO, além de todo o acervo referente à Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara.

Em 2015, o Governo do Estado de Pernambuco ao dispor sobre a Política Estadual de Gestão Documental, retirou o papel de guarda, conservação e arquivamento dos documentos de caráter intermediário, transferindo a responsabilidade operacional dessas atividades para a CEPE, Companhia Editora de Pernambuco. Desde então, o APEJE, em teoria, apenas implementa, acompanha e supervisiona os trabalhos desenvolvidos pelos órgãos do Poder Executivo Estadual e pela Companhia, assim como a gestão dos documentos permanentes, ou seja, os documentos de valor histórico⁷⁹.

O APEJE desenvolve outras atividades para além da guarda de seus acervos documentais, como diversos eventos na sede da instituição. Debates, exposições, visitas mediadas, palestras, sessões de filmes entre outras atividades marcam a dinâmica da entidade. Em 2016 foi reativado o seu programa editorial, com o lançamento da Revista Memória Ativa e a retomada da publicação do periódico oficial do Arquivo Público. Porém, por falta de investimentos, o programa foi novamente paralisado.

⁷⁹ Lei Estadual nº 15.529 de 23 de junho de 2015.

Aliás, esse é um dos maiores desafios do APEJE, algo extremamente comum entre as instituições arquivísticas brasileiras: a falta de investimento e de reconhecimento por parte das gestões governamentais. O APEJE, nos últimos anos, fez parte de três secretarias diferentes (Educação, Casa Civil e Comunicação), não tendo sequer um orçamento próprio para o desenvolvimento de suas atividades. Apenas em 2023 houve uma destinação de recursos, infinitamente escassos para a instituição, que funciona com profissionais cedidos de outros órgãos e instituições do Poder Executivo Estadual, já que não possui quadro próprio de funcionários. Outros problemas recorrentes, referem-se à infraestrutura física dos dois prédios que compreendem a instituição. Infiltrações, falta de equipamentos e problemas elétricos são alguns desses problemas⁸⁰. Infelizmente, a falta de estrutura física, de recursos financeiros e de um corpo técnico próprio dificulta o trabalho de preservação da memória e da história do estado. O APEJE é uma instituição que resiste, dentro das possibilidades, apesar desses inúmeros percalços. No início de 2023, um decreto do governo estadual recém-eleito exigia o retorno dos servidores cedidos para seus órgãos de origem. O APEJE, por ter a maioria de seus trabalhadores nessa situação, fechou as portas, prejudicando suas atividades de gestão documental e de disponibilização de seu riquíssimo acervo aos estudantes e pesquisadores. Diante do ocorrido, o CONARQ, publicou uma nota alertando sobre a difícil situação vivenciada pelo APEJE, expondo a preocupação do conselho e declarando a necessidade de fortalecimento da instituição.⁸¹ No mesmo ano, foi firmado um convênio entre o APEJE e a CEPE, para a digitalização de parte de seu acervo.

4.4.2 O IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco é a instituição de custódia de documentos mais antiga do estado, sendo a entidade regional de seu tipo mais antiga do Brasil. Sua criação data do ano de 1862, e foi idealizada por um grupo de intelectuais oriundos da Faculdade de Direito do Recife. Entidade privada mais consultada entre os pesquisadores nas dissertações de mestrado analisadas, o IAHGP funcionou primeiramente nas dependências do convento do Carmo, no centro do Recife e teve diversas sedes até se fixar em seu

⁸¹ CONARQ. Nota Pública - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/nota-publica-arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano-apeje-1>

local atual, um casarão do século XIX, doado pelo então governador Manoel Borba. O IAHGP salvaguarda uma grande diversidade de tipos documentais incorporados de particulares e de diversas instituições como inventários de bens, processos criminais, processos de falências e diversos manuscritos. Vale destacar a série de documentos sobre o período holandês, bastante utilizada por pesquisadores. Com um extenso acervo documental dedicado à História de Pernambuco entre os séculos XVII e XX, é considerado um dos mais importantes do país. A instituição, apesar das dificuldades financeiras, desenvolve atividades de organização, catalogação, higienização, restauração e digitalização de seu acervo documental. O instituto também possui periódicos pernambucanos que vão do século XIX ao XX, tendo como destaque o exemplar do *'Typhis Pernambucano'*, editado por Frei Caneca, no início do século XIX. Há também diversas edições do jornal 'Diário Novo', famoso por retratar fatos ocorridos durante a Revolta Praieira, em 1848.⁸² Sua biblioteca contém cerca de 25 mil volumes editados entre os séculos XVII e XXI nas áreas de História, Geografia, Sociologia, Literatura, Política, Arte, Arqueologia, Engenharia, Arquitetura e Antropologia. A mapoteca da instituição conta com mais de 1450 mapas do Brasil, de Pernambuco e até de outros países. Também famoso pelo seu extenso acervo museológico, o IAHGP, possui pinturas, mobiliários, armas brancas e de fogo, vestuários, bandeiras entre outros artefatos antigos. Esse acervo está aberto a visitas em diversas exposições já organizadas. Todo o acervo do IAHGP foi tombado pelo IPHAN, devido a sua importância para a História e memória não só do estado de Pernambuco, mas de todo o país. A instituição também desenvolve diversas atividades paralelas, dos mais diversos tipos, como palestras, visitas de escolas, convênios para publicação de livros e revistas e de difusão de seu acervo.⁸³ Há uma acentuada dificuldade para os pesquisadores no que se refere à disponibilidade da instituição, já que, por falta de recursos financeiros, o funcionamento para essa finalidade é apenas aos sábados, pela manhã.

4.4.3 O LAPEH-UFPE – Laboratório de Pesquisa e Ensino em História

Vinculado ao Departamento de História da UFPE, o Laboratório é o mais antigo do seu tipo na universidade. Devido à rica documentação que compõe seu

⁸² Site oficial do IAHGP. **Arquivo**. Disponível em: <https://iahgp.wordpress.com/arquivo/>. Consulta feita em 20 de janeiro de 2024.

⁸³ Site oficial do IAHGP. **Sobre**. Disponível em: <https://iahgp.wordpress.com/sobre/>. Consulta feita em 20 de janeiro de 2024.

acervo, o LAPEH foi utilizado em 28 ocasiões, nas dissertações analisadas, representando quase 5% de todas as utilizações. Na década de 1950, o célebre professor José Antônio Gonsalves de Mello Neto trouxe da Europa, uma coleção de microfilmes e fotogramas contendo documentos relativos à História do Brasil, principalmente do Arquivo Histórico Ultramarino, fruto do projeto de Resgate Barão de Rio Branco, anos depois, já aqui mencionado. Com o objetivo de difundir esse acervo, foi criada, em 1978, a Divisão de Pesquisa Histórica, subordinada ao Departamento. Durante o passar dos anos, a divisão teve o apoio e incentivo de diversos outros professores, até que no início dos anos 2000, essa divisão foi reestruturada dando origem ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em História, o LAPEH.

O acervo do LAPEH cresceu e hoje, possui diversas coleções. Documentos de valor inestimável e que, sem dúvidas, merecem ser difundidos para que possam subsidiar ainda mais as pesquisas no campo da História e de outras áreas. Estão sob a guarda da instituição uma coleção de mapas do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, 5 volumes de grande formato, contendo reproduções da cartografia portuguesa entre o século XV e XVII (coleção *Portugaliae Monumenta Cartographica*), vasta documentação referente a cartórios e igrejas de diversos municípios pernambucanos, com destaque para o Sertão. Essa coleção é formada por inventários, processos criminais, livros de liberdade, livros de registro de compra e venda de bens entre os anos de 1833 e 1913. Há, também sob a guarda do LAPEH diversas teses de doutorado, de concurso, artigos, revistas e jornais, todos relacionados às Ciências Médicas, entre 1841 e 1948. O laboratório também possui um acervo hemerográfico, referente às edições da revista semanal *Manchete* entre os anos de 1953 e 1983. Além disso, faz parte do acervo do LAPEH uma coleção de documentos históricos da Biblioteca Nacional, formada por 110 volumes, publicados entre os anos de 1928 e 1955, contendo transcrições de documentações do período colonial e do Império.⁸⁴

Os trabalhos de gestão do acervo consistem na catalogação, higienização e digitalização dos documentos cartoriais e da coleção de medicina, nesse momento. Essas atividades são desenvolvidas por alunos do curso de graduação em História

⁸⁴ Site oficial do LAPEH. Disponível em: <https://www.ufpe.br/lapeh>. Consulta feita em 26 de fevereiro de 2024.

da universidade que recebem bolsas de estágio. Eles são orientados e capacitados através de cursos e oficinas, como o ministrado pelo Memorial da Justiça do TJ-PE, referente à conservação de documentos de arquivo. O laboratório também tem projetos voltados à visitação de turmas de alunos da educação básica, bastante focados em atividades relativas ao ensino de História, algo de suma importância. Além do apoio dado às aulas da graduação do curso de História, quando solicitado, o LAPEH organiza congressos e oficinas, como é o caso dos projetos “O Uso de Documentos Históricos no Ensino de História” e “Nas páginas da Manchete: 60 anos do golpe civil-militar, o jornalismo impresso e seus usos nas aulas de História”⁸⁵.

4.4.4 O Memorial de Justiça do TJ-PE

Instituição vinculada à Comissão de Gestão Documental e Preservação da Memória, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, entidade do Poder Judiciário, o Memorial foi criado em 1998 com o objetivo de salvaguardar um conjunto de documentos de valor histórico das diversas comarcas do estado. É responsável exclusivamente pela documentação permanente produzida pelo Tribunal e fica localizado num prédio histórico tombado, de 1881, onde funcionava uma antiga estação ferroviária, a estação do Brum. O Memorial possui um acervo composto por processos judiciais de primeira e segunda instância entre os anos de 1740 e 1959; fotografias, documentos administrativos, acervos particulares sobre alguns desembargadores e juízes, registros civis de nascimento, casamento e óbito, além de documentos iconográficos relativos ao Tribunal de Justiça.⁸⁶ A instituição também conta com uma biblioteca especializada em obras de magistrados pernambucanos, que dá apoio as suas atividades. O Memorial possui um espaço destinado a exposições e mostras artísticas e vários eventos já foram organizados, como a exposição em comemoração aos 180 anos do Tribunal da Relação, em 2001, e a exposição de longa duração "Uma Questão de Justiça", que aborda os temas "Liberdade e Justiça" e "Cidadania e Justiça" a partir de processos históricos referentes à escravidão, à capoeira e ao cangaço, entre outros. Outro projeto bastante interessante, implementado pelo Memorial refere-se a um programa de formação de professores, iniciado em 2009, a fim de trazer esses profissionais, a

⁸⁵ GALVÃO, Viviane: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.

⁸⁶ AQUINO, Jamerson: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.

partir de um processo educativo proposto pela exposição “Uma questão de Justiça”, um exemplo de intercâmbio possível entre instituições arquivísticas e trabalhadores da área da educação. A entidade ainda conta com o projeto “Memorial Digital”, que busca disponibilizar seu acervo para consultas *on-line* (descrição e digitalização). Atualmente, 500 processos criminais produzidos entre 1822 e 1900 já estão disponibilizados, do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Esse projeto está em sua segunda fase e está digitalizando todo o acervo do Tribunal da Relação, que estava sob custódia do IAHGP, através de um convênio firmado entre as duas entidades, englobando assim, todo o acervo referente ao Tribunal da Relação em Pernambuco. Outra atividade desenvolvida pelo Memorial consiste em organizar oficinas de conservação e tratamento de documentos de arquivo para estudantes e profissionais que trabalham na área de memória em instituições públicas e privadas. Além disso, o a entidade recebe visitas de todo o público, com destaque para as escolas, universidades e obviamente, inúmeros pesquisadores.⁸⁷ Vale destacar a forte atuação da instituição nas redes sociais, elemento potente de difusão do acervo e da memória do Tribunal e das atividades desenvolvidas, contemplando diversas temáticas e divulgando diversos eventos e doutras instituições de memória.

4.4.5 O Arquivo Nacional

Principal instituição arquivística do país, o Arquivo Nacional é um exemplo de dedicação a preservação da memória e do patrimônio documental do Brasil. São 186 anos de trajetória, com enormes contribuições para a eficiência político-administrativa, para o acesso à informação, para a garantia de direitos dos cidadãos e para o incentivo à produção de conhecimento científico e cultural.

Fundado em 1838, com o nome de Arquivo Público do Império do Brasil, no Rio de Janeiro, juntamente com uma série de outras instituições como Colégio Pedro II, o IHGB e a Academia Imperial de Belas Artes, a entidade fazia parte do esforço da regência, idealizado pelo futuro Marquês de Olinda, Araújo Lima, em construir um projeto de representação do Estado imperial. O arquivo era responsável por organizar toda a documentação do Estado correspondente ao poder Executivo e Moderador. Nesse período, várias fragilidades são observadas em relação ao papel

⁸⁷ Site institucional do Memorial de Justiça do TJPE. Disponível em: <https://portal.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/>. Consulta feita em 23 de fevereiro de 2024.

a ser desempenhado pela instituição, já que não existia uma sede própria, passando por diversos prédios da então capital, além da disputa com o IHGB, que, obviamente, seguia um modelo muito mais sedutor, ligado às academias da alta sociedade, com um caráter bastante colecionador, sendo privilegiado, em termos de prestígio e investimentos, naquele momento.

Com o advento da República, foi rebatizado, passando a se chamar Arquivo Nacional. Ao longo desses anos, a entidade passou por uma série de modernizações e transformações que fortaleceram o seu papel de entidade central da Política Nacional de Arquivos e do próprio Sistema Nacional de Arquivos, o SINAR, instituído posteriormente, na década de 1970. A partir de 1958, sob a gestão do historiador José Honório Rodrigues, essas transformações se acentuam, sob a premissa de deixar para traz essa imagem de que os arquivos deveriam ser apenas guardiões da memória, fortalecida nas décadas de 20 e 30. Há uma profunda reflexão sobre o papel a ser desempenhado pelo Arquivo Nacional no sentido de que havia a necessidade de capacitar e especializar a gestão de seus acervos. Nesse momento, a entidade ganha o papel central de coordenar e normatizar os procedimentos arquivísticos no país. A ideia era de que os arquivos não fossem uma instituição inerte, fechada, apenas depositária de documentos⁸⁸.

Já na década de 80, sob a administração da socióloga Celina Vargas, as modernizações se acentuaram. Com o apoio da UNESCO e da Fundação Getúlio Vargas, a FGV, o Arquivo Nacional é objeto de um projeto de modernização que visava a construção de uma nova sede, a identificação de todo o acervo sob guarda da instituição, o recenseamento de toda documentação a ser recolhida e a forte capacitação e aperfeiçoamento dos seus servidores. O projeto foi muito bem-sucedido, gerando o interesse de diversos organismos internacionais, naquele momento⁸⁹. A nova sede é situada num conjunto arquitetônico tombado, de estilo neoclássico, do ano de 1866, antiga sede da Casa da Moeda do Brasil e passou por uma série de adaptações e reformas.

⁸⁸ HEYNEMANN, C.B; BUSTAMANTE, Maria Elisa: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.mp3

⁸⁹ HEYNEMANN, C. B. Arquivo Nacional: 170 anos. ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL, v. 22, n.1, p. 213, 2009.

Atualmente o acervo do Arquivo Nacional é composto por uma infinidade de fundos e coleções dos mais diversos gêneros, tendo a difusão como uma das missões centrais da instituição. Tanto na sede, no Rio de Janeiro, quanto em sua Superintendência Regional, em Brasília, a instituição trata, preserva e dá acesso ao seu patrimônio documental, de valor incalculável para o país e para o mundo. Milhões de documentos textuais (que empilhados somariam 55 quilômetros de distância), mais de 1,91 milhão de fotografias e negativos, 200 álbuns fotográficos, 15 mil diapositivos, 4 mil caricaturas e charges, 6 mil cartazes e cartazetes, mais de mil cartões postais, 1.200 desenhos, 200 gravuras e 21 mil ilustrações, 44.000 mapas e plantas arquitetônicas, filmes e registros sonoros. A entidade conta com a Biblioteca Maria Beatriz Nascimento, fundada em 1876, além de outra, localizada em Brasília. O acervo bibliográfico é composto por mais 111 mil exemplares de livros, folhetos, periódicos, teses, dissertações, CDs e DVDs. Parte desse acervo, com 23 mil volumes, é constituída por obras raras e especiais. Grande porção desse acervo bibliográfico está disponível digitalmente através da plataforma “Biblioteca Digital Arquivo Nacional”.

Toda a documentação textual da instituição é oriunda do poder público (executivo, legislativo e judiciário), de serviços notariais, de pessoas, famílias e de entidades privadas. Sobre o período colonial, destacam-se a documentação da administração local, a relativa aos atos normativos do Marquês de Pombal e as correspondências entre governadores do Brasil e a metrópole portuguesa. Merece nota o processo de julgamento dos líderes da Inconfidência Mineira, de 1789. Há também uma vasta documentação sobre o período em que o Brasil foi sede do Império português, entre 1808 e 1822. Parte da documentação foi trazida com a família real para o Brasil e outra parte produzida já em solo brasileiro. Destaque para os estatutos de criação do Banco do Brasil, da Academia de Belas Artes e da Casa de Suplicação. Merece nota os processos de julgamento dos líderes da Revolução Pernambucana, de 1817 e a carta que eleva o Brasil a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Do período imperial se destacam a primeira constituição brasileira, de 1824, além de documentos que detalham as revoltas do período regencial, como a Revolução Farroupilha e a Cabanagem. Documentos, como relatórios e correspondências, relativos à Guerra do Paraguai também merecem destaque. Quando se fala em escravidão, ganham destaque, entre outros documentos, a Lei

Áurea, que extinguiu a escravatura no Brasil, e a Lei do Ventre Livre. Além disso, o acervo conta com processos sobre a apreensão de navios negreiros pela Marinha do Brasil, após o advento da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, recibos de compra e de venda de pessoas escravizadas, registros de atos de resistência (como a formação de quilombos), cartas de emancipação e diversos processos em que pessoas escravizadas requeriam sua liberdade junto ao Poder Judiciário. No que se refere à documentação produzida durante o regime republicano, destacam-se os exemplares de todas as constituições, de 1891 até a 1988, os registros de entrada e de permanência de milhões de imigrantes, livros de registro civil da cidade do Rio de Janeiro, processos de pretorias e demais juízos cíveis e criminais. Também integram o acervo desse período patentes de inventos (com objetos tridimensionais), registros de marcas, projetos de urbanização e obras de saneamento referentes aos primeiros anos do século XX. Entre a documentação de origem privada, são fundamentais os arquivos de pessoas, famílias e entidades, como os dos ex-presidentes da República Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Afonso Pena e João Goulart. Também fazem parte do acervo da instituição documentos reunidos por políticos, militares, esportistas, artistas e cientistas, como Eusébio de Queirós, Luís Carlos Prestes, as Irmãs Lenk, Mário Lago, dentre outros. Além disso, há documentação proveniente de entidades diversas, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a Associação dos Arquivistas Brasileiros. A partir de projetos construídos pela própria instituição, a fim de facilitar as consultas, o Arquivo Nacional possui sites temáticos sobre diversos temas. A história luso-brasileira, o período republicano, a Ditadura Militar e o Brasil oitocentista são alguns exemplos⁹⁰.

O seu programa editorial, ativo desde 1886, conta com uma vasta gama de publicações de obras relacionadas às áreas de gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e difusão do patrimônio documental, além de algumas séries editoriais, um periódico científico e obras avulsas. A consagrada Revista Acervo, publicada desde 1986, além de outras inúmeras publicações técnicas e históricas fazem parte do programa. Cursos e capacitações também fazem parte das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Nacional, havendo uma divisão específica para tratar dessas questões. A divulgação de tutoriais para a utilização de

⁹⁰ Site oficial do Arquivo Nacional. **Acervo**. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/acervo>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

ferramentas de preservação, descrição e acesso de documentos arquivísticos em ambientes digitais, como o “AtoM” e o “Archivematica”, e a disponibilização de cursos, presenciais ou à distância, sobre os mais diversos temas fazem parte da rotina da instituição. O arquivo também possui um leque bastante diversificado de visitas disponíveis. Existem opções de visitas culturais, técnicas, além de uma visita interativa, disponível no site da instituição. Dando grande importância para as conexões entre os arquivos e a educação, a instituição desenvolve inúmeros projetos e atividades nesse sentido, como as visitas educativas, além de um projeto de chamado “Educação em Arquivos”, com diversas atividades gratuitas desenvolvidas junto às crianças e jovens como contação de histórias e atividades lúdicas, visitas guiadas às exposições e à sede histórica⁹¹.

4.4.6 LAHM - UFPE/TRT6 – Laboratório História e Memória

A história de criação do LAHM, está vinculada a história da preservação de diversos processos trabalhistas pernambucanos. No ano de 2004, os Tribunais Regionais do Trabalho não possuíam nenhum tipo de iniciativa ou projeto para a preservação de seu acervo histórico. Ao tribunal era permitida a eliminação desses processos, após 5 anos da data de conclusão, já que não existia local disponível para guarda permanente desse acervo. Os documentos que hoje fazem parte do laboratório seriam doados para o Hospital do Câncer de Pernambuco, para reciclagem. A partir disso, houve uma mobilização de diversos professores da Universidade no intuito de impedir que esse acervo fosse destruído. Essa mobilização deu origem ao convênio firmado entre o Tribunal e a Universidade, em 2004, e assim se constituiu o laboratório, responsável pela disponibilização de fontes que já subsidiaram diversos trabalhos, ao longo de mais de 20 anos de atuação.

Constam no acervo, mais de 200.000 processos de diversas Juntas de Conciliação e Julgamento de todo o estado, entre os anos de 1943 e 1985. A gestão dessa documentação é feita por alunos da Universidade que desenvolvem atividades de organização, catalogação, higienização e digitalização do acervo. O trabalho de restauro não é feito pelo fato de não existir corpo técnico habilitado. O laboratório depende de recursos financeiros oriundos de editais de fomento

⁹¹ Site oficial do Arquivo Nacional. **Visitas**. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/visitas>. Acesso em 26 de fevereiro de 2024.

instituídos pela FACEPE e pelo CNPQ e de projetos de extensão que disponibilizam bolsas de estágio aos alunos. A falta de capital humano e a obtenção de recursos financeiros são os principais desafios enfrentados pelo LAHM.

O Laboratório promove, uma vez ao ano, um seminário que discute questões voltadas para a análise dos processos trabalhistas e debates voltados para a história dos trabalhadores. Além disso, o LAHM possui um projeto chamado de “Oficinas de História” que consiste em promover atividades educativas com instituições de ensino básico. Uma parte do acervo é escolhida para ser trabalhada a partir de temáticas indicadas pelos professores que se interessam em participar das oficinas, com os alunos que visitam o laboratório. As oficinas podem ser feitas nas próprias escolas.⁹²

4.4.7 O NUDOC/UFPE – Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais de Pernambuco Denis Bernardes

O Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes, o NUDOC, é o exemplo do quão variadas são as possibilidades de abordagens e de desenvolvimento de atividades de instituições ligadas à gestão e disponibilização de acervos arquivísticos para a pesquisa científica. A sua baixa utilização por parte das dissertações analisadas não representa a importância de sua existência e o seu grande potencial de fomento às futuras pesquisas. O Núcleo, como o próprio nome anuncia, busca focar suas atividades na gestão de documentos ligados aos movimentos sociais do estado de Pernambuco. A partir de um panorama no qual a instituição se torna um instrumento de engajamento político e de um olhar sensível para as lutas sociais enfrentadas no estado, o NUDOC surgiu em 2005 a partir do desejo de professores e alunos dos Departamentos de História, Comunicação Social e Serviço Social no sentido de aproximar a Universidade dessas organizações sociais. O Núcleo busca “recolher, organizar, disponibilizar e salvaguardar a memória de sindicatos, associações comunitárias e entidades estudantis”⁹³, a fim de incentivar estudos e pesquisas na área, criar um diálogo efetivo com esses movimentos e contribuir para a conscientização da importância da preservação de suas histórias. O primeiro local de funcionamento do Núcleo foi numa sala da Biblioteca Central da Universidade, mas devido às más condições

⁹² MORAES, Patricia: depoimento. [janeiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.mp3

⁹³ Site oficial do NUDOC. **Sobre**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nudoc>

estruturais do local, corriqueiramente acometido por mofo e vazamentos, foi transferido para o CAC, Centro de Artes e Comunicação, onde ocorreram problemas similares. A fim de salvaguardar toda a documentação, o Núcleo mais uma vez mudou de local e atualmente funciona em duas salas no CFCH, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, possuindo também uma sala no CCSA, Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Infelizmente, a instituição não possui um local único que possa centralizar todas as suas atividades e abrigar todo o seu acervo. Das duas salas disponibilizadas no CFCH, uma era a sala de um professor que se aposentou e a outra, onde fica a maior parte do acervo é dividida com outra instituição, o LAHOI, Laboratório de História Oral e da Imagem.

O acervo do NUDOC é composto por diversas espécies documentais, como panfletos, boletins e mais de 300 periódicos, entre 1965 até os dias atuais. Além disso, existem 4 grandes fundos no Núcleo. O fundo Ação Católica Rural, que conta com uma documentação sobre o movimento criado a partir da Igreja Católica, sob o contexto da Ditadura Civil-Militar, entre os anos de 1967 e 1990. Boletins, relatórios, atas de reuniões, apostilas de estudos e revistas fazem parte desse conjunto de documentos. Outro fundo é o referente à documentação que trata sobre a luta dos trabalhadores de Petrolândia diante da construção de uma barragem no município do sertão pernambucano, na década de 1980. O fundo POLOP, Organização Revolucionária Marxista Política Operária, fundada em 1961, é composto por documentos produzidos pela organização, a partir de 1975. Já o fundo Múcio Magalhães é composto por documentos a partir de 1980 até 2008 referentes à diversas instituições como Conselho Federal de Serviço Social (CFSS), a FUNDAJ, Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Partido dos Trabalhadores (PT). Esse fundo traz uma documentação rica referente às questões de gênero. Panfletos, artigos científicos, manifestos, cartilhas, revistas, cartas e periódicos compõem esse fundo.

A gestão do acervo é feita por um professor e cerca de vinte alunos que desenvolvem atividades de higienização, organização, catalogação e digitalização dos documentos. Atualmente, apenas dois alunos são bolsistas e os demais desempenham as atividades de forma voluntária. A disponibilização do acervo digitalizado é feita sob demanda, já que o Núcleo ainda não utiliza nenhum tipo de *software* que possa disponibilizar de forma *on-line* todo o acervo já passou pelo

processo de digitalização. Esse é um dos maiores desafios, juntamente com a questão da não centralização das atividades do Núcleo em um mesmo espaço físico e o baixo número de bolsas disponibilizadas aos estudantes.

O Núcleo desenvolve algumas atividades de extensão como ciclos de debates, onde diversas temáticas são abordadas a partir da documentação disponível em seu acervo, como a questão indígena, o genocídio do povo palestino, ditadura civil-militar, conflitos no campo e obviamente sobre luta dos mais diversos movimentos sociais pernambucanos. Exposições, debates, seminários, colóquios e palestras fazem parte dessas atividades. O NUDOC também desenvolve um trabalho ligado à educação no qual o Núcleo visita escolas de ensino básico da rede pública de ensino e universidades públicas e particulares, trabalhando questões ligadas aos movimentos sociais, como questões de gênero, organização partidária e imprensa alternativa a partir da documentação do próprio Núcleo. Merece destaque para atuação nas redes sociais, trabalho de divulgação importante e assíduo, desenvolvido pelo NUDOC nas plataformas digitais.⁹⁴

Ao observar o trabalho desenvolvido por essas e outras diversas instituições que salvaguardam documentos de arquivo, percebe-se a importância que elas exercem na tarefa de preservação da memória social e coletiva, fontes fundamentais para o subsídio à pesquisa histórica. Apesar dos inúmeros entraves e desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a ausência de capacitação e formação especializada e da insuficiência de recursos financeiros, observou-se, em todas as instituições pesquisadas, a vontade e o desejo de preservar e divulgar, dentro das possibilidades disponíveis, as memórias e as histórias contidas nas documentações. Pôde-se verificar também que as instituições buscam sistematicamente transpor os seus muros, implementando projetos que vão além da custódia documental, visando trazer todo o tipo de público para dentro dos arquivos, assim como já ocorre em bibliotecas e museus. A necessidade de desmistificar a ideia de que os arquivos são instituições estáticas e sem qualquer interação com o público em geral é um objetivo claro e que vem ganhando espaço entre as novas atuações desenvolvidas por essas entidades. As atividades paralelas, no intuito de difundir seus acervos, e de promover reflexões sobre temas e assuntos de extrema pertinência, correlacionados

⁹⁴ OLIVEIRA, Hugo; BRITO, Filipe: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.mp3

aos seus acervos e de grande valor e potencial educacional, são de grande valia e demonstram que os arquivos não pararam no tempo, e vem buscando desenvolver outros tipos de abordagens que reforcem o seu papel principal de salvaguardar a memória do Brasil e do mundo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões levantadas neste trabalho, buscou-se analisar diversos aspectos que demonstram a importância que os acervos e instituições de custódia têm para a pesquisa historiográfica, a fim de que essa temática se torne mais íntima por parte dos historiadores. Iniciou-se trazendo a trajetória dos arquivos até a sua consolidação como objeto de um saber próprio e independente, a Arquivologia, demonstrando as suas aproximações e distanciamentos com a ciência histórica. Foi possível perceber que a existência dos arquivos está associada a uma finalidade que não necessariamente depende da História para ganhar ressonância, ligada às questões de cunho jurídico-administrativo. A Arquivologia, como saber independente e não auxiliar da História, têm seus próprios objetivos, saberes, construídos através de uma trajetória objetivamente particular. Porém, também se constatou, que a partir do século XIX, os arquivos ganham essa finalidade de subsidiar as pesquisas no campo da História, havendo uma espécie de corroboração recíproca entre os dois saberes. Discutiu-se também como esse processo de desenvolvimento se deu aqui no Brasil, mostrando os desafios e formas como os arquivos eram vistos e como passaram a ser observados, ao longo dos anos.

Procurou-se trabalhar as reflexões teóricas, feitas por historiadores e por arquivistas, que demonstrem essa importância, trazendo o quanto esses documentos oriundos dos arquivos ainda subsidiam a pesquisa histórica com bastante centralidade, apesar de supostas críticas feitas a sua utilização. Além disso, foram trazidas questões relativas ao processo de interação estabelecido entre essas fontes arquivísticas e o pesquisador, com discussões que contemplam o pouco conhecimento ainda existente, entre os historiadores, sobre as dinâmicas de um arquivo, exemplos práticos de como essas fontes auxiliam na construção historiográfica, além de contemplar abordagens sobre o valor de representação da realidade e prova contidos nos documentos arquivísticos, demonstrando o quão importante é o papel do historiador ao analisar e interpretar essas ou quaisquer outros tipos de fonte. Para além disso, também se observou o potencial contido nos

arquivos no desenvolvimento das dinâmicas educacionais e como agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem, algo que vêm ganhando bastante força nas últimas décadas, a partir de um diálogo que vem sendo construído entre os arquivos e a educação, através de atividades extensivas.

Por fim, discorreu-se sobre o papel fundamental exercido pelas instituições de custódia que fornecem seus acervos para o fomento à pesquisa não só no campo da História, mas de diversos outros saberes. Buscou-se retratar as dinâmicas vivenciadas por essas instituições, seus acervos e os projetos desenvolvidos por elas, como a preocupação com a difusão e a implementação de projetos educacionais.

Apesar dos inúmeros desafios, das dificuldades financeiras e da ausência de prestígio e de reconhecimento por parte do poder público verificadas em quase todas elas, essas entidades resistem e persistem em cumprir o seu papel de salvaguardar a memória e subsidiar o desenvolvimento científico.

Portanto, os objetivos traçados ao início desse trabalho foram cumpridos no sentido de analisar a trajetória de consolidação da Arquivologia como ciência no Brasil e no mundo, destacando as suas aproximações com a História. A partir disso, foram trazidos diversos elementos que comprovam o quão importantes os acervos e instituições de arquivo ainda são, a despeito de supostas rejeições a esse tipo de fonte, para o progresso das pesquisas historiográficas e para a preservação da memória e História do Brasil e do mundo. A conjunção de todos esses elementos, práticos e teóricos comprovam o quanto os arquivos já ofereceram, oferecem e ainda tem a oferecer às pesquisas no campo da História. Porém, como nenhum trabalho se propõe a se esgotar em si, fica o desejo e a proposta de se aprofundar o trabalho feitos por outras diversas instituições que não puderam ser abordadas aqui, demonstrando de forma ainda mais profunda, as suas contribuições e potencialidades, além de desejar profundamente que os historiadores busquem compreender com mais profundidade as dinâmicas e saberes que envolvem o universo dos arquivos.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL, Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL, NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Difusão Educativa em Arquivos. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 34, 2009.
- WHITE, Leslie A. O conceito de sistemas culturais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978,
- POSNER, Ernst. *Archives in the Ancient World*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- BROSIUS, Maria. *Ancient Archives and Archival Traditions: Concepts of Record Keeping in the Ancient World*. Oxford University Press, 2003.
- COUTURE, C.; ROUSSEAU, J. Y. Fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998, p. 32.
- REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica, *Biblios*, Lima vol. 7, n.24, abr./jun.,2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>.
- FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- ÁNGEL RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio. *Manual de Archivística*. Madrid: Editora Síntesis, 1995
- MELO, J. H. de. Do arranjo que hão-de ter os papéis da Secretaria do Governo. In: *A Ideia de Arquivo: a secretaria de governo da capitania de Pernambuco (1687-1809)*. 2006. 303 f. Tese (Doutorado em Arquivística) – Universidade do Porto (Portugal), p. 211- 272.
- MELO, J. H. de; SILVA, R. N. e; DORNELES, S. Olhares sobre a História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil. *Pesquisas Brasileiras em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 129-144, 2017

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). *Fuentes - Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional*, v. 6, p. 44-56, 2012.

BRASIL, lei federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação.

CAMARGO, C. R. À Margem do Patrimônio Cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838 - 1980), 1999, Assis, UNES. Tese de Doutorado.

MARQUES, A. A. DA C.; RODRIGUES, G. M. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a arquivologia no Brasil. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 30, n. 2, p. 176-191, 2017.

MEDEIROS, J. M. G. de; SOUZA, K. I. de B. M. de. Os arquivos estaduais brasileiros: um perfil institucional. *ÁGORA*, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 57-78, 2014.

JIMERSON, Randall C. *Archives Power: Memory, Accountability, and Social Justice*. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

BARROS, José D'Assunção. Ranke: considerações sobre sua obra e modelo historiográfico, *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol.17, núm. 3, set-dez, 2013, p. 979. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305529845009>.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.79.

MIRANDA, Márcia Eckert. Historiadores, arquivistas e arquivos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 5.

SCHELLENBERG, T. T. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.180.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.83

- FARGE, Arlette. O Sabor do Arquivo. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.
- DURANTI, L. The InterPARES Project: The long-term preservation of the authentic electronic records: findings of the InterPARES Project. Itália, Archilab, 2005. Disponível em:http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_dissemination_jar_duranti_dsj_4_2005.pdf.
- FERRAZ, Socorro. O Arquivo Histórico Ultramarino - Uma Possível Revisão Historiográfica. Revista CLIO, Recife, v. 1, n.17, p. 105-115, 1998.
- RICOEUR, P. A memória, a história e o esquecimento. Campinas: Ed. da Unicamp, p.178, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: Curso de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do “O patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, 2005. Disponível em: https://www.trt4.jus.br/portais/media/431835/O_conhecimento_da_historia_%252C_o_direito_a_memorme_e_os_arquivos_judiciais.pdf. Acesso em 05 de junho de 2023.
- ERTHAL, D. O Arquivista como gestor de fontes primárias para o fomento da produção intelectual. Revista Ponto de Acesso. 2, 2 (set. 2008), 94–112, 2008.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). A velha história: teoria, método e historiografia. Campinas: Papyrus, 1996. p. 15-36.
- BOSCHI, Caio C. Exercícios de pesquisa histórica. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.
- LOWENTHAL, David. Past is a foreign country. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- COOK, Terry. The Archive(s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival: landscape, The American Archivist, Chicago, v. 74, n.2, p. 600-632, 2011.
- PEDROSA COSTA, Robson. Cotidiano e resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda, 1871-1888. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. *O Serviço Nacional de Informações (SNI): o Estado de Pernambuco vigiado Recife: O autor, 2013*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BRASIL, Art. 25 da lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991

POMIAN, K. *Les archives: du Trésor des chartes au Caran*. In: NORA, P. (Dir.). *Les lieux de mémoire. III. Les France 3. de l'archive à l'emblème*. France: Éditions Gallimard, 1992, p. 164

Holanda, Sérgio Buarque de. "O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke". *Revista de História*, v. 50, n. 100, 1974, 431-482.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória*. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25-41

RABELLO, Rodrigo; RODRIGUES, Georgete Medleg. *Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador.

BERTRAND, P. *Du De re diplomatica au Nouveau traité de diplomatique : réception des textes fondamentaux d'une discipline*. In: LECLANT, J. ; VAUCHEZ, A. ; HUREL, D.-O. (Ed.). *Dom Jean Mabillon, figure majeure de l'Europe des lettres : Actes des deux colloques du tricentenaire de la mort de Dom Mabillon (abbaye de Solesmes, 18-19 mai 2007 ; AIBL, 7- 8 décembre 2007)*. Paris : Académie des inscriptions et belles-lettres, 2010. p.605-619.

VENANCIO, Renato Pinto. *História e verdade - Os arquivos como valor de prova*. [Entrevista cedida a] Andriolli Costa. IHU On-Line: Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, ed. 450, 11 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5622-renato-pinto-venancio>.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. Estudos Históricos, v.7, n.13, p.49-64, 1994

GINZBURG, Carlo. 'El Juez e el historiador". Tradução Alberto Clavería, Madrid, 1993.p 23

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Bernardo Leitão; 5ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003

DEL PRIORE, Mary. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. Revista Territórios e Fronteiras. Vol. 03, N. 01. Jan – jun. p.5, 2002.

Green, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. Acervo, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 205-216, jan/jun 2011, p. 206.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.227.

GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno. Arquivo e escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, p. 61-80, 2016. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a03.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

RODRIGUES, F. da S.; GOMES, P. R. . Arquivologia e educação: múltiplas abordagens. P2P E INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 63–87, 2021. DOI: 10.21721/p2p.2021v7n2.p63-87. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5628>. Acesso em: 22 fev. 2024.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.10, 2006.

GOMES, A. M. C. Pesquisa histórica e arquivos pessoais: o exemplo do arquivo Gustavo Capanema. In: ALVES, Luís Alberto M; PINTASSILGO, Joaquim. (Org.). Investigas, Intervir e Preservar em História da Educação. 1ed.Porto: CITCEM, 2017, v. 1, p. 141-152.

BRASIL, Resolução nº 47 do CONARQ. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-47-de-26-de-abril-de-2021>. Consulta feita em 21 de fevereiro de 2024.

BRASIL, Pernambuco. Lei Estadual nº 15.529 de 23 de junho de 2015.

OLIVEIRA, Hugo; BRITO, Filipe: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.mp3

MORAES, Patricia: depoimento. [janeiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.mp3

HEYNEMANN, C. B. Arquivo Nacional: 170 anos. ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL, v. 22, n.1, p. 213, 2009.

HEYNEMANN, C.B; BUSTAMANTE, Maria Elisa: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.mp3

AQUINO, Jamerson: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.

GALVÃO, Viviane: depoimento. [fevereiro. 2024]. Entrevistador: Rodrigo Antonio Idalino da Silva. Recife, 2024.

BRASIL, Art. 25 da lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991.